

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE

CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO

DANIELY CORDEIRO DA CRUZ

**AGRICULTURA FAMILIAR PELAS MÃOS FEMININAS:
percepção das agricultoras de Jaçanã-RN**

Cuité/PB

2018

DANIELY CORDEIRO DA CRUZ

**AGRICULTURA FAMILIAR PELAS MÃOS FEMININAS: percepção das agricultoras
de Jaçanã-RN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, na área de concentração em Saúde Coletiva.

Orientadora: Prof. Me. Vanille Valério Barbosa Pessoa.

Cuité – PB

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Msc. Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

C957a Cruz, Daniely Cordeiro da.

Agricultura familiar pelas mãos femininas: percepção das agricultoras de Jaçanã - RN. / Daniely Cordeiro da Cruz. – Cuité: CES, 2018.

70 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Nutrição) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2018.

Orientadora: Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso.

1. Agricultura familiar. 2. Mulher. 3. Políticas públicas. I. Título.

Biblioteca do CES - UFCG

CDU 631

DANIELY CORDEIRO DA CRUZ

AGRICULTURA FAMILIAR PELAS MÃOS FEMININAS: percepção das agricultoras de Jaçanã-RN

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, na área de concentração em Saúde Coletiva.

Aprovado em _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso
Universidade Federal de Campina Grande
Orientadora

Prof. Me. Ana Beatriz Macêdo Venâncio dos Santos
Universidade Federal de Campina Grande
Examinadora

Nut. Esp./Tutora Natália Fernandes do Nascimento
Regionalização e Redes de Atenção à Saúde
Examinadora

Cuité-PB

2018

À minha querida mãe, por todo amor, cuidado e dedicação e à todas as mulheres agricultoras desse país,

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Acredito que ser grata é retribuir todo o afeto e carinho recebido daqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, nesta longa caminhada.

Então, gostaria de agradecer:

Primeiramente à Deus, pelo dom da vida, por sempre se fazer presente e cuidar de mim em cada detalhe, por me dar forças para persistir nos meus objetivos, mesmo em meio a tantas dificuldades que tive até aqui e, pela graça de alcançar mais esta vitória.

À minha querida família, meus pais, Denivalda Cordeiro e Antonio Israel e meu irmão, Filipe Cordeiro, por todo apoio, amor e carinho que sempre me deram desde o início, desde quando precisei tomar a importante, mas difícil decisão de sair para tão longe de casa pela primeira vez. Em especial, a minha mãe, minha “Maria” da música de Milton Nascimento, guerreira, que tanto batalhou e batalha até hoje por mim, que nunca deixou de ter fé em meio a tantas dificuldades. És meu exemplo e orgulho. Sou grata por tudo que me ensinaram e ensinam. Amo vocês.

Agradeço a minha orientadora Vanille Pessoa, por ter aceitado orientar esse trabalho, pela sua contribuição, paciência e compreensão. Gratidão, por ser muito além de professora (que tanto aprendi nas suas aulas), uma amiga, que muitas vezes me acolheu e me aconselhou, sempre com palavras de incentivo. Por sempre acreditar no meu potencial e pela oportunidade de compartilhar tantos momentos dentro e fora da universidade. És importante para mim. A você todo meu carinho e admiração.

Aos professores Fillipe Pereira e Luciana Maria, por todos os conhecimentos e oportunidades de aprendizado que me deram durante o período de monitoria. Também à professora Michelle Medeiros, por ter tido a oportunidade de tê-la como orientadora durante todo o período do PIVIC, e para além, pelo carinho que sempre teve por mim. Vocês contribuíram imensamente na minha formação acadêmica e pessoal. Gratidão pelos ensinamentos e momentos compartilhados fora da universidade.

Em especial, a Luciana Maria, a pessoa que me fez, principalmente, em suas aulas de Saúde Coletiva, enxergar com olhares diferentes a nutrição, para além daquela nutrição do plano alimentar, que o profissional nutricionista pode ir muito além disso. Gratidão por sempre ser esse pontinho de luz, por transmitir paz, por essa pessoa sensível que és, por me ensinar a prestar atenção nas pequenas coisas, pois tudo na vida quer nos dizer algo.

Ao Núcleo PENSO em geral, todos vocês contribuíram, direta ou indiretamente, na minha constante construção. Só tenho a agradecer por ter feito parte desse grupo, em que tive a oportunidade de agregar diversas vivências e experiências para além dos muros da universidade, a partir da extensão, nas quais contribuíram na minha formação acadêmica, bem como enquanto cidadã.

À Bia Venâncio, que em tão pouco tempo se tornou tão importante e especial para minha pessoa. Gratidão pela tua amizade, confiança, por tua sinceridade, cumplicidade, por tanto momentos vividos e compartilhados, por muitas vezes tornar meus dias mais leves, por TODOS os conselhos que tanto têm me ensinado, pela paciência, carinho e cuidado comigo. Tu tens contribuído imensamente na minha construção enquanto ser humano e profissional também. GRATIDÃO é a palavra que expressa, de fato, o meu sentimento por você.

Aos meus amigos/irmãos Maria Clara e Victor Melo, pela amizade, companheirismo, irmandade e cumplicidade, por todo carinho e amor, que apesar da distância, se fazem presentes de alguma forma. Vocês fazem parte dessa conquista. Grata por tê-los na minha vida. Amo vocês.

Aos meus amigos que a cidade de Cuité me presenteou, Érica Vale, Rayane Paiva, Rônisson Thomas e Sávio Gomes, podem ter certeza que vocês foram imensamente importantes durante toda minha caminhada na graduação. Gratidão pelo que construímos juntos, por todo apoio, carinho, ombro amigo, por todas as gargalhadas e brigas, por tantos momentos vividos.

As minhas vizinhas, Dayane, Raquel e Suzana, por todo carinho e gargalhadas. Vocês também foram importantes nessa caminhada. Melhores vizinhas.

Gratidão a Bia Venâncio, Day Karla e Vivi Marques, por toda doçura de vocês, compartilhando os sentimentos mais lindos, pelo apoio e por sempre tentar tornar os dias mais leves. À vocês todo meu sentimento de gratidão, amor e carinho.

Quero agradecer também a todos os professores e servidores da Universidade Federal de Campina Grande – campus Cuité, que tive a oportunidade de conhecer, por toda contribuição.

À todas as mulheres agricultoras, principalmente as que participaram do estudo, por compartilhar um pouco de suas vidas. Sem vocês esse trabalho não seria possível.

Querer-se livre é também querer livre os outros.

Simone de Beauvoir

RESUMO

CRUZ, D. C. AGRICULTURA FAMILIAR PELAS MÃOS FEMININAS: percepção das agricultoras de Jaçanã-RN. 2018. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2018.

Desde a década de 90, a agricultura familiar vem ganhando destaque no cenário brasileiro, uma vez que, além de ter como base o trabalho de toda família, ainda se mostra importante na geração de renda e na produção de alimentos saudáveis, de forma sustentável, contribuindo então para a garantia da segurança alimentar. Porém se faz necessário ampliar as discussões e reflexões a respeito da relação de gênero, mas especificamente a questão da mulher do campo. Diante disso, foram criadas políticas públicas a fim de atender as necessidades das agricultoras, dando-lhes condições adequadas para realização do seu trabalho, visto que é tão importante, favorecendo sua emancipação e empoderamento perante a sociedade. Portando, a pesquisa teve como objetivo analisar a inserção e participação feminina na agricultura familiar das comunidades da zona rural do município de Jaçanã-RN. O estudo foi do tipo qualitativo, realizado em duas comunidades rurais, das quais foram selecionadas por apresentarem o maior número de mulheres agricultoras que estavam participando ativamente da Associação Rural. A coleta de dados se deu pela aplicação do questionário semiestruturado. Posteriormente à coleta e análise dos dados, observou-se que a situação da mulher no campo ainda é difícil, pois não detém das estruturas necessárias para garantia de um trabalho digno, embora se orgulhem do seu trabalho, pois é a partir dele que tiram o sustento da família, garantem uma alimentação mais saudável, com uma produção ambientalmente mais sustentável. Assim, contatou-se com a pesquisa que a agricultura familiar e a situação das mulheres rurais ainda carecem de maior atenção, investimento público e esclarecimento, impulsionando o pensamento crítico destas, visando melhorar o seu trabalho e ação política, a fim de romper as barreiras da sua invisibilidade na esfera pública, garantindo não só a igualdade, mas também a equidade social.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Mulher. Políticas Públicas.

ABSTRACT

CRUZ, D. C. **FAMILY FARMING BY FEMALE HANDS: perception of farmers of Jaçanã-RN.** 2018. 69f. Course Final Thesis (Undergraduate in Nutrition) – Federal University of Campina Grande, Cuité, 2018.

Since the decade of 90, the family farming has been gaining prominence in Brazilian scenario, since, in addition to having as a basis the work of every family, even if it shows important in the generation of income and in the production of healthy food, sustainably, contributing so to guarantee food security. However it is necessary to broaden the discussions and reflections about the relationship of gender, but specifically the issue of women in the field. In addition, public policies were created to meet the needs of farmers, giving them adequate conditions for completion of its work, because it is so important, favoring their emancipation and empowerment in society. Therefore, the research had as objective to analyze the inclusion and participation of women in family farming communities of the rural area of the municipality of Jaçanã-RN. The study was qualitative, conducted in two rural communities, which were selected by presenting the largest number of women farmers who were actively participating in the Rural Association. Data collection took place by the implementation of the structured questionnaire. After the collection and analysis of data, we observed that the situation of women in the field is still difficult, because it does not have the necessary structures to guarantee a decent work, although it is pride of his work, because it is from him that take the breadwinner of the family, guarantee a healthier diet, with a more environmentally sustainable production. Thus, he contacted with the research that family farming and the situation of rural women still need greater attention, public investment and clarification, boosting the critical thinking of these, aiming to improve your work and political action, in order to break down the barriers of its invisibility in the public sphere, ensuring not only the equality, but also the social equity.

Keywords: Family Farming. Woman. Public policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PIB	Produto Interno Bruto
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito Humano a Alimentação Adequada e Saudável
SUS	Sistema Único de Saúde
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PBF	Programa Bolsa Família
CAISAN	Câmara Interministerial De Segurança Alimentar E Nutricional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PAA	Programa de Aquisição de Alimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
ONU	Organização das Nações Unidas
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Dados sócio demográficos das mulheres agricultoras familiares das Associações dos Produtores Rurais Linha dos Pereiras e São Domingos.

Tabela 2. Dados sócio demográficos das mulheres agricultoras familiares da Associação do Produtores Rurais Linha dos Pereiras.

Tabela 3. Dados sócio demográficos das mulheres agricultoras familiares da Associação dos Produtores Rurais São Domingos.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Produção de alimentos referente as duas Associações de Produtores Rurais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR	16
2.2 O TRABALHO FEMININO NA AGRICULTURA	18
2.3 A CONTRIBUIÇÃO DO FEMINISMO PARA A AUTONOMIA FEMININA NO CAMPO	19
3 OBJETIVOS	22
3.1 OBJETIVO GERAL	22
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	22
4 METODOLOGIA	23
4.1 TIPO DE PESQUISA	23
4.2 CAMPO E SUJEITOS DA PESQUISA	23
4.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS	24
4.4 ASPECTOS ÉTICOS	25
4.5 ANÁLISE DE DADOS	25
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DAS AGRICULTORAS	26
5.2 PRODUÇÃO AGRÍCOLA	30
5.3 GÊNERO, POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO NO CAMPO	34
5.4 A MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR	42
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE	621

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar ganha relevância no cenário brasileiro a partir dos anos 90, sendo esta, reconhecida como uma estratégia para geração de emprego, para garantia da segurança alimentar no âmbito nacional, redistribuição da renda e também para a construção do desenvolvimento mais sustentável (BITTENCOURT; SABBATO, 2000). De acordo Censo Agropecuário de 2006, 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros são de grupos familiares (BRASIL, 2016).

Essa produção que tem como base a participação da família, tem se mostrado importante, pois além de empregar pessoas para produção de alimentos com baixos custos, contribui para a manutenção econômica da família pela sua diversidade produtiva, melhorando a qualidade de vida e também a autossuficiência alimentar. Contudo, para alcançar um desenvolvimento de forma sustentável, se faz necessário mudanças tanto sociais, como políticas, na busca pela igualdade, equidade, assim como, as mudanças nas relações de gênero.

Segundo Marcone (2009), a igualdade entre homem e mulher além de ser uma questão de direitos humanos, é também uma condição para um desenvolvimento social, econômico, sustentável e centrado nas pessoas. A desigualdade de gênero não é um fato recente na história da humanidade. Desde a antiguidade acontece as lutas das mulheres ocidentais por mudanças nas desigualdades, pois, essa questão está presente em diversos contextos sociais (MELO, 2003).

Nesse sentido, na década de 1980, os movimentos das mulheres rurais tiveram um papel significativo na elaboração de políticas públicas voltadas para redução da desigualdade de gênero na agricultura, principalmente nas regiões do Sul e Nordeste do Brasil, no qual lutam, por exemplo, pela previdência social, pela terra na forma de efetivação de política de assentamentos, movimento sindical e créditos voltados para a agricultura familiar (HEREDA; CINTRÃO, 2006). Ou seja, buscam o seu reconhecimento diante não só do governo, bem como da sociedade, no que diz respeito aos seus direitos, enquanto trabalhadoras rurais e produtoras agrícolas.

Nesse sentido, pensando no papel e importância da mulher na agricultura familiar e sustentabilidade, a agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, traz em seu texto 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável, nos quais buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e autonomia das mulheres. Dentre esses objetivos está o de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas,

sendo mais específico: “realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais” (ONU, 2015).

Logo, diante da diferença de participação no campo entre o homem e a mulher, da importância feminina nesse espaço para autonomia, segurança alimentar e nutricional e, desenvolvimento rural sustentável, torna-se relevante dar visibilidade e valorizar o trabalho feminino na agricultura familiar, na busca pela igualdade de gênero, para garantia e acesso aos seus direitos. Dessa forma, a problemática que norteia o presente estudo é investigar: como a mulher está inserida na agricultura familiar das comunidades rurais do município de Jaçanã-RN?

Assim, pretendeu-se com este estudo conhecer e analisar a inserção e participação feminina na agricultura familiar em comunidades rurais do município de Jaçanã-RN, a partir dos relatos de mulheres agricultoras familiares, conhecendo seus anseios e necessidades.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar no Brasil, atualmente, resulta de um longo caminho histórico que vem desde a colonização, na qual sempre teve influências tanto sociais, como políticas e econômico, principalmente, das últimas décadas. Nesse contexto, Lamarche (1997), afirma que nessas últimas décadas, houve transformações quanto a exploração familiar, porém, foi prejudicada pelo caráter ‘conservador’ da modernização das atividades agrícolas, sendo discriminatório, parcial e incompleto.

Essas transformações começaram a ter destaques na década de 1950, com a instalação, no Brasil, de indústrias produtoras de insumos voltados para a agricultura como máquinas, adubos químicos e agrotóxicos, quando o governo começou a fomentar o uso dessas tecnologias (GROSSI; SILVA, 2002). Foi a partir daí, do uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes que surgiu a “Revolução Verde” efetivada em meados da década de 60, no qual deu início a modernização da agricultura, a fim de elevar a produção agrícola no mundo (BARROS, 2010 apud MATOS, 2010). Logo, passou da agricultura tradicional para a agricultura conhecida como agricultura moderna ou convencional, tornando a mesma dependente da industrialização, das tecnologias.

De acordo com Grossi e Silva (2002), os primeiros resultados do apoio às pesquisas que tiveram seu início na década de 70, surgiram na década de 90, em que continuou-se tendo acréscimo de novas tecnologias para fortalecimento das pesquisas em biotecnologia.

Porém, se por um lado essa modernização na tentativa de resolver os problemas da agricultura, conseguiu elevar a produção agrícola no intuito de acabar com a fome no mundo, por outro, não englobou milhares de agricultores que por diversas questões não conseguiram adaptar-se a esse modelo capitalista de produção, pois, como afirma Lamarche (1997), parte dos pequenos produtores são excluídos desse processo de modernização, continuando na pobreza, com difícil ou até mesmo sem acesso aos meios de trabalho, ou seja, mantendo suas características tradicionais.

Nesse sentido, dentre os vários pontos negativos dessa modernização, destaca-se o êxodo rural de produtores, sendo consequência da inviabilidade da produção, por exemplo, obrigando a migrarem para os centros urbanos na busca por melhores condições de vida, ou a viverem em condições precárias no meio rural, uma vez que eram excluídos dos programas de incentivo a modernização na agricultura.

Nesse contexto, pode-se pensar que a agricultura familiar no Brasil se fortaleceu a partir dos impactos sociais, ambientais e culturais decorrentes da “revolução verde”, tendo essa surgido como uma forma de produção alternativa à monocultura e ao latifúndio do período colonial. Esse tipo de agricultura apresenta uma relação íntima entre terra, trabalho e família, onde os trabalhos são realizados pela família e os meios de produção lhes pertencem, diferenciando-se assim, das demais.

Para Lima e Figueiredo (2006), “[...] a agricultura familiar, considerando em seu todo, é fruto de um longo processo de conquista”.

Picolotto (2014, 64 p.), diz que “o reconhecimento da agricultura familiar no país tem se dado de três formas principais, sendo estas distintas, mas que são complementares entre si, tendo esse processo iniciado na década de 80 e alcançou seus resultados de proposição e divulgação a partir de 1990. A primeira diz respeito ao aumento de sua importância política e dos atores que se constituíram como seus representantes, com a formação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) como organização específica de agricultores familiares e, de outro lado, com a reorientação política da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que a partir de meados dos anos 1990, passou a fazer uso da categoria agricultor familiar). A segunda se refere ao reconhecimento institucional propiciado pela definição de espaços no Estado, criação de políticas públicas e pela Lei da Agricultura Familiar. E a terceira advém do trabalho de reversão das valorações negativas que eram atribuídas a este modelo de agricultura, tais como: atrasada, ineficiente e inadequada”. Essa ainda, “passou a ser associada com adjetivos considerados positivos, tais como: moderna, eficiente, sustentável, solidária e produtora de alimentos” (PICOLOTTO, 2014, p. 64).

Será mesmo que é moderna? Essa ainda permanece com o uso de tecnologias rudimentares, com pequenas lotes de terra e maior parte da produção de alimentos são destinados para o consumo da família (PEIXOTO, 1998). Por mais que a maioria dos agricultores possam viver em condições de pobreza, são eles os responsáveis por uma parcela significativa da produção tanto de alimentos, como de matérias-primas, principalmente no Nordeste (KWITKO; DIAZ, 2005).

Assim, é um verdadeiro paradoxo os agricultores serem os principais responsáveis pela grande parcela de produção de alimentos e ainda constituírem parte da população que vivem em insegurança alimentar e nutricional.

Embora a agricultura familiar apresente tantos pontos positivos, da mão de obra barata até a contribuição econômica considerável para o modelo no geral, sofre ao mesmo tempo, exclusão deste (MUSSOI, 2006).

Dados do Censo agropecuário de 2006, estimado pelo INCRA/FAO, mostram que cerca de 87,95% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares, crescendo de 4,1 milhões para 4,5 milhões. No que se refere a emprego, 78,8% da população está ocupada nas atividades agrícolas (BRASIL, 2009).

2.2 O TRABALHO FEMININO NA AGRICULTURA

No início da humanidade, não havia desigualdade de gênero, pois naquela época a mulher e o homem viviam em harmonia, em união, solidários entre si, como forma de sobrevivência e defesa, não havendo, portanto, relação de poder cultural entre os mesmos. (ALAMBERT, 2004). A autora ainda afirma que a evolução da sociedade se deu a partir de genes comunitárias, ou seja, grandes grupos que possuíam parentesco e, assim, formaram as clãs. Nessa organização:

“a mulher trabalhava a terra, domesticava animais, cuidava das crianças, dos velhos e dos doentes, além de criar vasilhames, utilizar o fogo, preparar unguentos, enquanto o homem ia à caça de alimentos” (ALAMBERT, p. 27, 2004).

Para a mesma, o arado, o qual veio a substituir a enxada usada pela mulher, abriu espaço para o patriarcado, no qual é considerado um regime da dominação/exploração das mulheres pelos homens (SAFFIOTI, 2004) e, então, pelo fato de precisar da força do homem para dar direcionamento ao seu movimento de arar a terra, foi que o homem passou a ser mais valorizado (ALAMBERT, 2004), gerando a desigualdade de gênero e, conseqüentemente, a divisão sexual do trabalho.

Ao longo de toda a história da humanidade, a mulher sempre realizou um papel importante tanto no seio familiar, na educação dos seus filhos, como também no campo, arando, capinando, plantando e colhendo. Porém, a ideologia da agricultura familiar entende o pai de família como aquele que “re-une” todas as condições para participar de todo o processo de trabalho” (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p.38-37). Ou seja, a participação da mulher na agricultura familiar, é vista apenas como uma ajuda, pois o pai é reconhecido como figura principal na atividade agrícola familiar. Nesse sentido, reforça a desigualdade de gênero, mesmo que a participação feminina no mercado de trabalho seja crescente.

Na região semiárida do nordeste brasileiro, a situação não é diferente, ainda que a mulher participe cada vez mais do processo produtivo agrícola familiar. Porém, não se restringe

apenas às produtoras das regiões do Brasil mas, àquelas de várias partes do mundo, por serem, como afirma Corrêa (1996, p.20):

[...] as maiores responsáveis pela produção de alimentos de subsistência gerados na agricultura familiar. Na África, elas cultivam 80% dos produtos alimentares de subsistência; no subcontinente Indiano, entre 70% a 80% das colheitas de subsistência é de responsabilidade das mulheres, enquanto que na América Latina e no Caribe, 50% da alimentação consumida são originados do trabalho feminino.

Dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostragem - PNAD revela, para o ano de 1997, que as mulheres ocupadas nas atividades agrícolas representam 20.1% da população economicamente ativa feminina. Desse total, 39% estão classificadas como trabalhadoras não remuneradas e 41.8% como trabalhadoras na produção para o próprio consumo. Ou seja, a mulheres tem sim um papel importante nas atividades agrícolas de base familiar, ainda que de forma subjetiva tenha divisão sexual do trabalho.

2.3 A CONTRIBUIÇÃO DO FEMINISMO PARA A AUTONOMIA FEMININA NO CAMPO

Junto com o avanço da história da humanidade, pode-se observar a construção e a consolidação das lutas e organizações das mulheres trabalhadoras (MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS, 2018). Alguns estudos afirmam que os movimentos sociais iniciaram com a presença e pauta feminina no final do século XIX.

Pinto (2003) caracteriza a primeira movimentação feminina ligada à luta da aquisição da mulher a direitos políticos, centrado no direito de votar e ser votada, tendo seu alcance, no Brasil, em 1934. A autora ainda diz que “esta foi a porta de entrada das mulheres na arena de lutas pelos seus direitos, não só no Brasil mais em todo o mundo ocidental. Na verdade essa primeira luta era pela cidadania em seu nível mais básico” (PINTO, p. 38).

No início da década de 80, o número de mulheres rurais brasileiras participantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e dos sindicatos rurais foi crescente, e ainda começaram a formar suas organizações autônomas (DEERE, LEÓN, 1999 apud DEERE, 2004).

Visando avanços contra uma sociedade opressora, o protagonismo das mulheres representa toda a história de luta dos movimentos feministas até os dias atuais. Em decorrência disso, as discussões sobre relações de gênero se fazem presentes também em outros movimentos

sociais. Rodrigues et al (2010, p.71) “a emergência de movimentos sociais de luta pela terra também foi palco para novos estudos sobre as mulheres, desta vez como agentes participantes”. Quando põe em pauta a condição da mulher trabalhadora rural, os autores ainda afirmam que são significativos os seus avanços nesse contexto, com suas participações em congressos, eventos, espaços de discussões, graças as influências do movimento feminista:

O movimento feminista tem papel fundamental nesse processo, pois vem se articulando com movimentos sociais, sindicais, de mulheres rurais e agricultoras para pensar como se dá a divisão sexual do trabalho, na agricultura familiar e no trabalho rural. O trabalho das mulheres rurais está tão ou mais “para além da dupla jornada” que o das mulheres urbanas. Ele corre uma jornada contínua que vai do amanhecer ao anoitecer, resultando na confusão entre as atividades domésticas e produtivas. De qualquer forma os estudos apontam para um empoderamento das mulheres rurais, ligadas à participação públicas em movimentos sociais (RODRIGUES; SCOTT; SARAIVA, 2010, p. 72).

Contudo, a luta das mulheres do campo, mas também no geral, contribuíram e ainda contribuem para a criação de políticas públicas que as coloquem em condições de igualdade de direitos. Assim, permitiu conquistar inúmeros espaço na sociedade, seja urbano ou rural, tendo seu papel de mulher reconhecido na agricultura, na produção rural.

No que se refere as políticas de desenvolvimento rural, Butto e Dantas (2011) afirma que o trabalho das mulheres não era reconhecido e, tido apenas como ajuda até década passada, afirmando a desigualdade de gênero e consequente submissão da mulher ao homem.

Para Freire (2010), a autonomia pessoal e econômica da mulher vem sendo alcançada por meio do Programa Nacional e Agricultura Familiar (Pronaf), pois este viabilizou um “aumento expressivo do número de contratos de crédito para as mulheres, tanto pelo Pronaf, como por suas modalidades gerais”, colocando assim a mulher à frente na tomada de decisão de aplicação e resultados econômicos na agricultura.

O Pronaf, se caracteriza por ser um programa de crédito que possibilita o acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar, seja de forma individual ou coletiva, a fim de ajudar na realização das atividades agropecuárias. Para tanto, o Pronaf tem várias linhas de crédito, entre elas, o Pronaf Mulher:

Linha oferecida especialmente para as mulheres. Financia investimentos de propostas de crédito, independentemente do estado civil da mulher. Pode ser usado para investimentos realizados nas atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora (BRASIL, 2013, p.12).

Logo, não só o Pronaf, mas também o Fomento Mulher, e outras políticas vêm fortalecendo o trabalho da mulher no campo, contribuindo para sua autonomia e organização econômica, fomentando a sua permanência no espaço rural.

De acordo com os Censos Agropecuários Nacionais e Censos de Cultivos, na América Latina e no Caribe, entre 8% e 30% das explorações estão na responsabilidade das mulheres. Esta proporção está aumentando e ganhando cada vez mais importância para a autonomia econômica da mulher, segurança alimentar e o bem estar da sociedade (FAO, 2013).

Nesse sentido, na busca por um Brasil com igualdade entre mulheres e homens, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) reconhece a relevância da contribuição da mulher na agricultura, para garantia da produção de alimentos saudáveis, da segurança e soberania alimentar e para o desenvolvimento rural sustentável. Para tanto, implementando e ampliando políticas públicas para mulheres do campo (BRASIL, 2013).

Logo, o Plano de Políticas Públicas para mulheres destaca que:

O que se defende como desenvolvimento sustentável supõe mudanças fundamentais nos padrões de desenvolvimento ainda vigentes no país, estabelecendo como um de seus princípios norteadores a promoção da igualdade nas suas diferentes dimensões. A igualdade de gênero, portanto, constitui uma exigência básica para a promoção do desenvolvimento sustentável e solidário (BRASIL, 2013, p. 60).

Sendo assim, as lutas para a conquista da independência foi o início para várias outras lutas travadas pelas mulheres após garantirem seu espaço de reprodução social. Atualmente muitas das causas que ainda movem essas lutas estão voltadas para o direito à terra e à soberania produtiva e alimentar, a fim de ter maior acesso aos financiamentos e/ ou linha de créditos que permitam melhorar as condições de produção, participando das decisões a respeito das ações desenvolvidas nas propriedades rurais, buscando igualdade.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a inserção e participação feminina na agricultura familiar das comunidades da zona rural do município de Jaçanã-RN.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Caracterizar o perfil das agricultoras familiares das comunidades estudadas;
- ✓ Analisar a percepção das mulheres quanto à contribuição das políticas públicas para o desenvolvimento rural e segurança alimentar e nutricional;
- ✓ Conhecer a percepção das mulheres sobre o seu papel no seio familiar e na agricultura;

4 METODOLOGIA

4.1 TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa consiste em um estudo de campo, no qual é imprescindível a ocorrência da pesquisa de campo, que segundo Fonseca (2002), compreende, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, ou seja, uma base teórica consistente, a realização da coleta de dados referentes aos reais fatos.

Apresenta abordagem qualitativa, na qual configura-se como um tipo de pesquisa que se preocupa com as razões e motivações do retrato da realidade, buscando então, compreender e explicar as relações sociais (MINAYO, 2012).

A pesquisa qualitativa de acordo com Landim et al. (2006) objetiva conseguir um entendimento mais profundo e/ou subjetivo do objeto de estudo, sem preocupar-se com análises estatísticas.

Foi utilizada uma abordagem quantitativa apenas para caracterização da amostra estudada.

4.2 CAMPO E SUJEITOS DA PESQUISA

O estudo foi desenvolvido no município de Jaçanã, Rio Grande do Norte, em duas comunidades da zona rural. Jaçanã-RN é um município localizado na região Nordeste do Brasil, com uma área total de 54.561 km², na qual tem uma população estimada de 9.068 pessoas, sendo seu bioma a caatinga (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016; 2017).

Para a escolha das comunidades rurais, foi realizada uma visita à Secretaria de Agricultura no intuito de apresentar a proposta da pesquisa para o secretário e sua equipe. O município possui uma cooperativa e sete Associações Rurais, das quais, cinco estão ativas. Destas, foram escolhidas duas para participação nesta pesquisa, a Associação dos produtores rurais Linha dos Pereiras que é constituída pela comunidade do SÍTIO FLORES e a Associação dos produtores rurais São Domingos que compreende a comunidade do SÍTIO SÃO DOMINGOS. A escolha dessas duas se deu por serem as que apresentavam o maior número de mulheres agricultoras familiares que estivessem participando ativamente da Associação Rural.

4.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

De início, foi feita uma pesquisa bibliográfica a fim de fazer um levantamento dos principais trabalhos científicos para obtenção das questões mais relevantes e atuais a respeito do tema.

Posteriormente, foi elaborado um questionário semiestruturado (em apêndice A), com questões voltadas para caracterizar o perfil das agricultoras familiares, assim como para análise das suas percepções quanto as políticas públicas para o desenvolvimento rural, além de investigar como se dá a participação e acesso da mulher agricultora a essas políticas e ainda, como se sentem nos espaços tanto familiar, bem como social por ser mulher. O questionário combinou questões abertas e fechadas, no qual o informante teve a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, possibilitando o entrevistador, em tempo oportuno, adicionar perguntas referentes ao estudo para elucidar questões que não ficaram claras ou até mesmo ajudar a recompor o contexto da entrevista, em caso do entrevistado ter dificuldade ou ter “fugido” do tema.

Após a elaboração, foi-se à campo para realizar a aplicação do mesmo. Para tanto, foi utilizado o método de entrevista semiestruturada, que para Lakatos e Marconi (2003), ao contrário do que ocorre com a estruturada, o entrevistador fica à vontade para progredir qualquer situação a variados destinos que julgar necessário, isto consiste em uma maneira de analisar um maior horizonte de uma dada questão.

Para escolha das agricultoras participantes foi utilizado o método de Bola de Neve. As entrevistas foram realizadas nas casas das mulheres. Inicialmente, foram feitas as perguntas fechadas e, em seguida, as questões abertas, utilizando gravador de voz do celular. Os dados foram coletados em um total de quatro dias, sendo dois dias de visita em cada uma das duas comunidades. A primeira entrevistada foi indicada pelo Secretário de Agricultura, de acordo com as características, perfil necessário para a pesquisa, descartando aquelas que recebessem o benefício da aposentadoria. As demais participantes foram indicadas por elas mesmas ao final de cada entrevista, até que chegasse ao ponto de não saberem indicar mais alguém, ao ponto de saturação das falas ou mesmo não apresentar o perfil necessário para o estudo.

4.4 ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa e aprovada sob CAAE nº 70403517.1.0000.5182. As participantes assinaram previamente um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), onde estão esclarecidos sobre a natureza da pesquisa, os objetivos, os riscos previstos relacionados ao constrangimento que esta podia lhes acarretar, compreendendo e respeitando as suas singularidades, conforme regulamenta a Resolução n. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Todas as participantes da pesquisa tiveram sua identidade preservada, sendo referidas por nome de mulheres importantes, reconhecidas historicamente.

4.5 ANÁLISE DE DADOS

Para análise dos dados, foram feitas as transcrições das falas obtidas durante a entrevista semiestruturada e posteriormente analisadas de maneira descritiva, a fim de alcançar os objetivos da pesquisa respeitando as seguintes etapas: Transcrição fidedigna das gravações obtidas nas entrevistas; Leitura flutuante e exaustiva do material; Estruturação em categorias de análise de respostas e análise descritiva das categorias obtidas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para facilitar o entendimento dos resultados obtidos, optou-se por dividi-los em eixos temáticos relacionados aos objetivos da pesquisa.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL DAS AGRICULTORAS

O presente estudo contou com a participação de doze mulheres agricultoras familiares do município de Jaçanã, Rio Grande do Norte, sendo seis da Associação dos produtores rurais Linha dos Pereiras e as outras seis da Associação dos produtores rurais São Domingos, com faixa etária que variou entre 20 à 53 anos de idade. Estas classificaram-se quanto a raça em sua maioria como pardas 75% (9), e as demais como brancas 25% (3). No que diz respeito ao estado civil, identificaram-se como casadas um total de 58,3% (7), uma como solteira (1), uma como separada (1) e outras três mencionaram viver em união estável com companheiros do sexo masculino (3). No quesito escolaridade, 50% (6) das mulheres relataram ter Ensino Fundamental incompleto, 41,6% (5) tem Ensino Médio completo e 8,4% (1) tem Ensino Médio incompleto, destacando o fato de todas saberem ler e escrever.

Quanto aos dados sociodemográficos, aqueles que disseram respeito ao tipo de moradia, propriedade da residência, número de moradores da casa e informações relacionadas aos cômodos foram encontrados resultados semelhantes para as duas comunidades estudadas, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1. – Dados sócio demográficos das mulheres agricultoras familiares das Associações dos Produtores Rurais Linha dos Pereiras e São Domingos.

Variável	N	Porcentual (%)
Tipo de Moradia		
- Alvenaria Acabada	12	(100%)
Propriedade da Residência		
- Própria	8	(66,6%)
- Cedida	4	(33,3%)
Número de moradores da casa		
- 2 pessoas por cômodo	2	(16,66)
- 3 pessoas por cômodo	3	(25%)
- 4 pessoas por cômodo	1	(8,34)
- Mais de 4 pessoas por cômodo	6	(50%)
Quantos cômodos na casa		
- 4 cômodos	2	(16,66%)
- 5 cômodos	2	(16,66%)
- 6 cômodos	4	(33,34%)
- 7 cômodos	1	(8,34%)
- 8 cômodos	2	(16,66%)
- 11 cômodos	1	(8,34%)
Quantos cômodos para dormir		
- 1 cômodo	3	(25%)
- 2 cômodos	5	(41,66%)
- 3 cômodos	3	(25%)
- 4 cômodos	1	(8,34%)
Local do sanitário utilizado pelo morador		
- Dentro do domicílio	12	(100%)

Fonte: Dados da pesquisa.

Já em relação as variáveis tipo de esgotamento, destino do lixo e acesso a água, os resultados foram divididos por comunidade estudada, como observado nas tabelas 2 e 3, tendo em vista que a maioria das mulheres da Associação Linha dos Pereiras, apesar de serem agricultoras, moram na zona urbana do município.

Tabela 2. Dados sócio demográficos das mulheres agricultoras familiares da Associação do Produtores Rurais Linha dos Pereiras.

Variável	N	Porcentual (%)
Tipo de Esgotamento Sanitário da casa		
- Fossa negra	5	(83,3%)
- Rede pública	1	(16,7%)
Água utilizada no domicílio		
- Rede pública	1	(16,66%)
- Poço artesiano na própria casa	3	(50%)
- Busca água fora	1	(16,66%)
- Carro PIPA (Operação)	2	(33,34%)
Água da casa disponível diariamente		
- Sim	6	(100%)
Destino do lixo da residência		
- Coletado pela prefeitura	4	(66,6%)
- Queimado	2	(33,3%)

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 3. Dados sócio demográficos das mulheres agricultoras familiares da Associação dos Produtores Rurais São Domingos.

Variável	N	Porcentual (%)
Tipo de Esgotamento Sanitário da casa		
- Fossa negra	6	(100%)
Água utilizada no domicílio		
- Poço artesiano na própria casa	4	(66,66%)
- Busca água fora	1	(16,66%)
- Carro PIPA (Operação)	1	(16,66%)
Água da casa disponível diariamente		
- Sim	5	(83,3%)
- Não	1	(16,7%)
Destino do lixo da residência		
- Queimado	6	(100%)

Fonte: Dados da pesquisa.

No que se observa quanto ao destino do lixo (queimado na própria propriedade), essa forma traz prejuízo não só para a saúde, como também ao meio ambiente. Uma pesquisa feita pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), mostrou que 38,5% da população brasileira, não dispõe de serviços de tratamento e destinação adequada de resíduos sólidos. Observou-se ainda, que cerca de 10% dos materiais gerados não são recolhidos, o que equivale dizer que mais de 20 milhões de pessoas não têm acesso a coleta regular de lixo (AGENCIA BRASIL, 2015).

No que concerne o tipo de esgotamento sanitário da casa, apesar da maioria das mulheres agricultoras familiares da comunidade rural Flores morarem na zona urbana, apenas

uma residência possui rede pública, as demais (5) são do tipo fossa negra, assim como na comunidade rural São Domingos, em que todas são desse tipo. Esse é mais um fator que compromete a qualidade de vida dessas pessoas, uma vez que, a falta de saneamento básico traz sérios riscos à saúde do indivíduo, pondo em risco a sua segurança alimentar e nutricional.

No que diz respeito ao acesso à saúde, foi apontado por todas as agricultoras que quando elas ou alguém da sua família (marido, filha/filho) estão doentes, procuram o serviço de saúde como a Unidade Básica de Saúde e, em casos mais emergentes procuram o hospital do município.

Sabe-se que a saúde no Brasil, independente do gênero, raça, cor, etnia, religião, é um dos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal de 1988. No título correspondente à ordem social, que visa o bem estar e justiça social, no Art. 6º, estabelece como direitos sociais fundamentais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância (BRASIL, 1988, p. 18).

Em seguida, também é expressado no Art. 196, da seção II, “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988, p. 118-119).

Porém, ter acesso a saúde não implica no simples ato de chegar no serviço de saúde e ser atendido, mas envolve de acordo com Souza et al (2008), o cuidado a partir das necessidades do paciente e está ligado com a resolubilidade, ultrapassando a simples dimensão geográfica e incluindo outros aspectos de ordem econômica, cultural, organizacional e de oferta de serviços.

Entretanto, faz parte da realidade a desigualdade e exclusão do acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), pois, há um sistema seletivo, focalizado e excludente em várias regiões e serviços vinculados ao SUS (ASSIS; JESUS, 2012). Assim sendo, se comparar o acesso aos cuidados de saúde entre as áreas rurais e urbanas, percebe-se que há discrepância, tanto em países desenvolvidos, como nos que estão em desenvolvimento (BRABYN; BARNETT, 2004; McGRAIL; HUMPHREYS, 2009). Segundo os últimos autores, muitas comunidades rurais de várias partes do mundo apresentam elevados níveis de carências no âmbito da saúde diante das barreiras aos serviços de cuidado.

5.2 PRODUÇÃO AGRÍCOLA

No que diz respeito às características produtivas, foram observadas diversas semelhanças nas duas comunidades, notando-se diferença quanto a produção de hortaliças (alface, tomate, cebola, coentro), sendo encontradas apenas na comunidade rural São Domingos.

Ambas têm uma diversidade de produção como mostra no quadro 1, tendo como produtos de maior destaque de produção o feijão, que é produzido por todas, bem como maracujá, caju, macaxeira e acerola. Além disso, há a criação de bovinos, suínos e galinhas em algumas propriedades (5), obtendo-se renda desses produtos de origem animal.

Quadro 1. Produção de alimentos referente as duas Associações de Produtores Rurais.

PRODUÇÃO	
Acerola	Goiaba
Maracujá	Feijão
Laranja	Macaxeira
Limão	Milho
Caju	Jerimum
Manga	Alface
Mamão	Coentro
Banana	Tomate
Jaca	Cebola
Cajá	Ovos

Quando questionadas sobre o que influenciou na escolha em produzir tais alimentos, a maioria respondeu ser pelo fácil cultivo e o custo/benefício. Porém, nem todos os alimentos são produzidos permanentemente, a maioria é de forma temporária. Nesse contexto, todas afirmaram que os motivos dessa produção temporária são devidos principalmente ao período da chuva/seca/estiagem, sazonalidade e falta de sementes.

Ao serem indagadas sobre o autoconsumo familiar, todas afirmaram que consomem todos os alimentos que produzem, sendo de suma importância, pois têm acesso à alimentos de qualidade, saudáveis, uma vez que a maioria (9) relatou não usar nenhum tipo de defensivo agrícola.

Apesar da maioria afirmar não fazer uso, três ainda declararam utilizar agrotóxicos para controlar as pragas, tais como: carrapaticida e defensivos para controle da mosca branca. A agricultura no Brasil ainda depende fortemente do uso de defensivos agrícolas, com o objetivo de controlar pragas, doenças e plantas daninhas, visando garantir a produção de alimentos em larga escala, tendo conseqüentemente, maior retorno econômico da atividade agrícola.

Pensando nisso, o agronegócio no Brasil em 2017, colaborou com 23,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, sendo a maior participação em treze anos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO, 2017), o que contribui significativamente para o crescimento econômico do país.

Porém, apesar do aumento da produção de alimentos, do crescimento econômico do país, os benefícios desses venenos compensam os custos com as intoxicações provocadas nos seres humanos?

Sabe-se, que os agrotóxicos têm seus efeitos nocivos aos animais e plantas, incluindo os seres humanos (SCORZA JUNIOR; NÉVOLA; AYELO, 2010). Segundo Londres (2011), o Brasil desde 2008 é o país que mais utiliza agrotóxico no mundo. Em 2009, chegou a usar mais de um bilhão de litros, resultando em média, em um consumo de 5,2 kg agrotóxico por habitante.

Quanto aos seus efeitos nocivos, tanto os agricultores, como os vários grupos populacionais põem em risco a saúde, pois estão expostos a esses defensivos agrícolas, direta ou indiretamente, tanto pela aplicação, como pelo consumo desses alimentos contaminados (TRAPÉ, 2007), que segundo o Dossiê Abrasco, 70% dos alimentos *in natura* consumidos no país estão contaminados por agrotóxicos, sem falar nos processados (CARNEIRO; AUGUSTO; RIGOTTO et al, 2015); além da água, pois é um dos fatores que contribui para a deterioração dos recursos hídricos (AZEVEDO; MONTEIRO, 2009) e, até mesmo o leite materno, no qual segundo uma pesquisa realizada em Lucas do Rio Verde – MT, mostrou que 100% das amostras estavam contaminadas por pelo menos um agrotóxico (PALMA, 2011), o que por sua vez, afeta também a saúde do filho. Será que os que ganham com o agronegócio, se preocupam com o bem estar da sociedade? Como diz um trecho da música Reis do Agronegócio (2015), de Chico César:

[...] Seu avião derrama a chuva de veneno na plantação e causa a náusea violenta e a intoxicação "né" adultos e pequenos. Na mãe que contamina o filho que amamenta. Provoca aborto e suicídio o inseticida. Mas na mansão o fato não sensibiliza. Vocês já não têm aí co'aquelas vidas. Vejam como é que o agribiz desumaniza.

O município de Jaçanã está localizado na região do semiárido do Rio Grande do Norte. Santos et al. (2009), afirma que futuramente pode-se ter elevação da temperatura e redução na precipitação, especialmente nas áreas de semiárido, sendo essas as mais afetadas com as secas no Brasil. De acordo com Solh e Ginkel (2014), a seca é um dos fatores limitantes que afetam tanto a segurança alimentar, como a sobrevivência de mais de dois bilhões de pessoas, das quais

ocupam 41% das áreas do planeta, pois, um pequeno período de seca já leva a redução da produção de alimentos, principalmente pelos agricultores familiares e conseqüentemente aumento dos preços dos alimentos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017). Tendo em vista que é um fenômeno natural, é preciso estratégias para conviver com a seca, e assim, superar os desafios nessas áreas mais sensíveis à seca no país.

A falta de sementes também é um dos fatores que afetam o rendimento dos pequenos agricultores e conseqüentemente afeta a segurança alimentar e nutricional. Valorizar a agricultura familiar, requer estratégias a partir do contexto de vida, dentre elas está a promoção da soberania alimentar e valorização dos alimentos locais (RANA; GARFORTH; STHAPIT e JARVIS, 2007). Nesse contexto, um projeto Kit Agrodiversidade realizado no município de Guaraciaba-SC, envolvendo agricultores familiares das comunidades compreendidas e instituições locais, teve como objetivo promover a soberania alimentar, a partir da doação de sementes crioulas, visando a melhoria da qualidade de vida com consumo de alimentos mais saudáveis, além da autoestima dos mesmos, tendo em vista que a população dessas comunidades vinha deixando de plantar os alimentos básicos para o próprio consumo, diante da prevalência da agroindústria (VICENTE; FANTINI; ALVES e CANCI, 2011).

Sobre como ocorre a posse das sementes, as mulheres relataram que obtêm dos próprios alimentos produzidos, de órgãos públicos, de doações e/ou através da compra. No entanto, ao serem indagadas se sabiam de onde vem as sementes, chegou-se ao resultado de que oito não sabiam a sua origem. Outro fator preocupante é que a maioria das agricultoras (7) afirmaram não saber o que é uma semente transgênica, o que mais uma vez coloca em risco tanto o meio ambiente, tornando o solo improdutivo, como a saúde, embora ainda não se saiba ao certo os efeitos.

As sementes transgênicas são sementes que são geneticamente modificadas, um processo que só pode ser feito em laboratório, uma vez que, se faz cruzamentos que não aconteceriam naturalmente, como por exemplo, a introdução de uma bactéria nas sementes naturais. Sendo assim, traz conseqüências como o aumento das doses de agrotóxicos na lavoura, pois insetos e plantas daninhas tornam-se resistentes, além de também contaminar as sementes crioulas, pondo em risco a biodiversidade (FRIGO; SANTOS; GUTERREZ et al, 2018; GREENPEACE, 2018).

Quando questionadas para quem são vendidos os produtos, todas vendiam para atravessadores e apenas cinco delas também vendiam na Feira de agricultura familiar, realizada no município uma vez na semana. Vale ressaltar que a agricultura familiar não é a única fonte de renda dessas mulheres, pois das doze, oito recebem o benefício do Bolsa Família e além do

mais, algumas das mulheres da associação rural São Domingos, ainda participam de um grupo de mulheres de produção de sabão, sendo este também comercializado, gerando renda para as mesmas.

Além da existência do Programa do Bolsa Família como fonte de renda, existem outros programas que dão subsídios para as mulheres do campo. Assim sendo, no tópico seguinte, será abordado essa questão.

5.3 GÊNERO, POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO NO CAMPO

Levando em consideração que o público alvo do presente estudo são mulheres, a fim de identificar a percepção destas sobre como definem “ser mulher”, notou-se que a maioria sentiu dificuldade ao tentar definir, afinal, como diz a música *Mulher* (2005) de Elba Ramalho, “pra descrever uma mulher, não é do jeito que quiser. [...] é um risco tentar resumir mulher”.

Apesar da dificuldade em definir, responderam que é ser guerreira, é ter força, é ter coragem, é dar conta de tudo – campo, filhos, marido, casa – ou seja, não é somente trabalhadora do campo, assim como a maioria dos homens, elas ainda têm que se dividirem entre atividades da casa, de mãe, de mulher. Vale ressaltar que quando questionadas, não houve distinção ao descrever ‘ser mulher’ e ‘ser mulher do campo’.

“Ai é uma carga grande e pesada. Porque tem que dar conta de muita coisa. Pro homem é mais fácil. Agora pra mulher... a mulher tem casa, tem sítio, tem menino pra tomar de conta, tem de tudo. Aí fica muito puxado. Mas, “muié” tem mais força do que homem né. Pois pronto, vai levando” (NINA SIMONE).

“Ah ser mulher é assim, ser companheira do meu esposo, cuidar bem dele, da casa, dos filho né. Ser uma boa mulher” (NISE DA SILVEIRA).

Ao serem indagadas sobre qual seria a sua contribuição, seu papel na família, estas relataram que assumem o papel de figura principal dentro do ceio familiar, ou seja, são imprescindíveis, assumindo a responsabilidade do cuidado, do bem estar da família, dando conta de diversas atividades e em diferentes espaços para este fim.

“Ah o meu papel acho que é o principal. Porque se não fosse eu acho que o negócio não ia pra frente não. Porque eu sou pra tudo. De manhã eu deixo os “menino” na escola e desço pra o sítio, chego de dez horas. Pego eles na escola, ajeito o almoço, desço de novo pra o sítio. Aí só chego em casa de noite que é a hora que eu vou fazer a janta, ajeitar, arrumar a casa e fazer alguma coisa dentro de casa. Finais de semana é que eu tiro pra lavar roupa, passar e dar geral em casa” (NINA SIMONE).

“Mulher, se toda família num tiver uma mulher guerreira, que “teja” ali de dentro lutando... Tudo desanda” (MARIA QUITÉRIA).

A partir dessas falas, fica claro a exclusividade da responsabilidade atribuída às mulheres quanto ao cuidado para com a família, ou seja, “está ligada à identidade feminina, construída socialmente e reforçada pelos estereótipos de gênero” (SILIPRANDI, 2013).

Observa-se também, que há uma visão do comodismo, da aceitação da situação da mulher socialmente, tendo o entendimento de que só ela é quem pode e consegue fazer tais atividades ligadas ao cuidado da família, assim como, a exemplo da mulher rural, ainda dar conta do trabalho pesado no campo.

Para Beauvoir (2009) a mulher quando vive em função do outro, reproduz e atua de acordo com o patriarcado. Saffioti (1992) afirma que as doutrinas religiosas, jurídicas e educativas são responsáveis por reforçarem os estereótipos sexuais.

Sendo assim, a condição da mulher contemporânea na sociedade, as atribuições que a elas são dadas, foram construídas ao longo da história, a partir de várias culturas e ideologias que se concretizaram e, ainda que tenham - depois de muitas lutas pela igualdade de gênero - conquistado a emancipação social, trazem consigo a obrigação de ser uma boa mãe e esposa (SANTOS; MAIA, 2012; REZENDE, 2016), fato que se naturaliza em decorrência da diferença biológica entre o feminino e o masculino, na qual, muitas vezes é uma justificativa natural para a diferença de gênero e da divisão sexual do trabalho (BOURDIEU, 2002).

Ainda com relação ao ‘ser mulher’, foi encontrado um olhar diferente, passando uma ideia de mulher independente, e portanto, se consideram especiais, por não dependerem de ninguém financeiramente, por exemplo, trazendo a questão da liberdade que hoje a mulher tem de trabalhar fora do espaço doméstico, ter um trabalho assalariado, condicionando autonomia, algo que antigamente os homens não permitiam de maneira nenhuma, pelo fato da dominação sobre a mulher.

“Eu mesmo me acho muito especial, porque não dependo de ninguém, graças a Deus. Quando uma mulher não é doente e não depende de ninguém né, “num” tá bom?! Eu sou especial porque eu trabalho. Porque assim, principalmente mulher que trabalha é importante, porque de primeiro a gente não podia trabalhar que o povo não deixava né, os “home” não deixava. E agora a gente tá liberta pra tudo, porque o seguinte, todo mundo é livre. É igual um pássaro. O pássaro “num” é livre?! O “caba” tem que ser livre pra decidir o que quer, pra fazer o que quer né. Do jeito que eles são “livre”, as mulher também tem que ser (OLGA).

Apesar de ter surgido essa outra visão de independência e, afirmarem que ninguém é ‘dono de ninguém’, que a mulher tem liberdade para tudo, ainda não se tem essa total liberdade sem consequências que põe até suas vidas em risco. O fato da dominação masculina reproduz o machismo – mesmo que de forma involuntária - uma vez que, a sociedade conservadora considera normal o homem ser mais que a mulher, deter de mais poder e, dela ser submissa aos mesmos, ou seja, uma hierarquia de gênero. Em virtude disso, quando a mulher vem a contrariar os valores morais conservadores, muitas vezes leva o homem a praticar as mais variadas formas de violência contra a mulher.

Mas que culpa tem a mulher de ser livre, de ter liberdade, de poder decidir sobre seu corpo, sua vida? Não seria realmente dela essa decisão de estar onde quiser estar, de ser o que se quiser ser e fazer? Essa condição enquanto pessoa humana, muitas vezes é esquecida, devido ao machismo.

“Eu acho eles muito machista, como que não seja humano, sei lá. Ninguém é dono de ninguém. NÓS, que somos mãe, não somos dono de nossos filhos!! Nem nós. E eles são da gente né, e nós cria pra o mundo. Porque eles casam, vão embora pras suas “casa”, outros no caso já vão embora pra morar fora, morar sozinho, e assim vai indo. A gente cria pra o mundo, até um certo tempo é seu, ele, depois é do mundo” (NÍSIA FLORESTA).

“Mulher, no Brasil, ser mulher é ser guerreira. Tenho um companheiro, é ignorante, todos são. Não apanho né, mas o que você ver todo dia saindo no jornal é só morte. Porque a violência do jeito que tá... Muitas pra viver, só Deus e mais ninguém. “Eu vou matar você” e vai e mata “mermo” e acabou, porque o Brasil também não tem leis” (MARIA QUITÉRIA).

Percebe-se então, nessa fala, que ser guerreira remete ao entendimento de sofrimento, mais uma vez, resultado da reprodução cultural do patriarcado, que mesmo que venha a sofrer com maus tratos verbais e físicos, tem que aguentar perante a sociedade machista. Quando afirma que o país não tem leis, refere-se ao fato de possuí-las, porém não funcionam como deveriam.

No âmbito da violência contra a mulher, por exemplo, existe a Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006), esta decretada em 07 de agosto de 2006, pelo ex presidente Luís Inácio Lula da Silva, objetiva coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, na qual, em seu art. 5º, se configura como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão,

sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, seja da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto. Em seu art. 7º estão estabelecidas as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher: a) a violência física; b) a violência psicológica; c) a violência sexual; d) a violência patrimonial e; e) a violência moral (BRASIL, 2006). Porém, não garantem a segurança total dessas mulheres após a denúncia, o que muitas vezes levam a mulher a calar-se diante de qualquer ato de violência.

Para além da Lei Maria da Penha, com o intuito de proteger ainda mais a mulher da violência por questão de gênero, foi criada em março de 2015 a Lei Femicídio (nº 13.104/2015), pela ex presidenta Dilma Rousseff (BRASIL, 2015).

Embora tenham sido criadas várias leis e políticas para este fim, ainda são alarmantes os números de violência a elas. Segundo a pesquisa do Datafolha realizada em 2017 referente ao ano de 2016, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 503 mulheres foram vítimas de agressão física a cada hora no país (4,4 milhões de brasileiras), 22% afirmam ter recebido insultos e xingamentos ou terem sido alvo de humilhações (12 milhões) e 10% (5 milhões) ter sofrido ameaça de violência física. Quanto ao assédio no transporte público ou na rua, 40% das mulheres com mais de 16 anos sofreram assédio dos mais variados tipos, tais como: 20,4 milhões (36%) receberam comentários desrespeitosos ao andar na rua; 5,2 milhões (10,4%) de mulheres foram assediadas fisicamente em transporte público e 2,2 milhões (5%) foram agarradas ou beijadas sem o seu consentimento. Adolescentes e jovens de 16 a 24 anos e mulheres negras são as principais vítimas. A mesma pesquisa ainda mostra que 52% das mulheres não fizeram nada após a agressão. Entre as que tomaram alguma atitude, 11% denunciaram o agressor em uma Delegacia da Mulher e 10%, em uma delegacia comum. E ainda, 3% ligaram para a PM e 1% para o Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher) (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017).

De acordo com o estudo Mapa da Violência 2015 - Homicídios de Mulheres, produzido pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, divulgado em novembro de 2015, no período entre 2003 e 2013, o número de homicídios contra mulheres aumentou 8,8% (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017).

Assim, para compreender a relação de dominação-exploração das mulheres pelos homens, na qual a violência contra elas é uma das maneiras dessa manifestação, é de suma importância debater sobre o conceito de ordem de gênero no patriarcado, uma vez que elas também contribuem para a reprodução dessa relação (SAFFIOTI, 2004), pois como afirma Beauvoir (2009), em seu livro *O Segundo Sexo*, o passado se faz presente pois, as mulheres geralmente são educadas por outras mulheres, estas que já estão condicionadas aos papéis do feminino construídos socialmente.

Logo, diante do papel, da posição que a sociedade fundamentalizada no patriarcado impõe à mulher, participando ativamente do processo de construção do ‘ser mulher’, determinando o que é e o que deixa de ser do sexo feminino, segundo Woolf (2004), é a mulher quem deve desconstruir a ideia de que o sexo masculino é o sujeito único da história, é a própria mulher quem deve protagonizar, buscar, conquistar seu espaço na sociedade, pois:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 2009, p. 9).

No que diz respeito a percepção das mulheres com relação a produção de alimentos, são elas as responsáveis pela produção do seu próprio alimento de forma saudável, o que mais uma vez evidencia a relevância do papel que elas desempenham na segurança e soberania alimentar.

Porque a gente produzindo o alimento da gente, a gente tá sabendo o que é que a gente tá colocando ali. E comprando lá fora você num sabe nem o que é que fizeram com aqueles alimento” (CARLOTA PEREIRA).

“É muito importante né, porque estou ajudando a cultivar os alimentos saudáveis” (CELINA GUIMARÃES).

Logo, faz-se necessário dar ouvidos “as mulheres agricultoras, que historicamente têm sido as responsáveis pela produção voltada para subsistência” (SILIPRANDI, 2013).

No que diz respeito às políticas e programas, ao questionar as agricultoras familiares se conheciam alguma política ou programa que fortalece a agricultura familiar, ficou claro que a grande maioria não sabia responder, conseqüentemente, não conheciam de fato o que era o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), embora algumas tenham acesso ao Microcrédito Rural Agroamigo, programa criado pelo Banco do Nordeste que está ligada ao Pronaf.

Quando se compara a região do Nordeste com as demais regiões do país, apesar de possuir 49,7% dos estabelecimentos agrícolas familiares, ou seja, metade dos agricultores familiares do Brasil, percebe-se que os produtores rurais nordestinos enfrentam maiores dificuldades de desenvolvimento que os agricultores das demais regiões, em decorrência, principalmente, das condições desfavoráveis do clima semiárido e o baixo poder aquisitivo (BRASIL, 2017).

O relatório Progresso das Mulheres no Brasil, mostra que as desigualdades de gênero no meio rural brasileiro estão acompanhadas de outras desigualdades sociais como as péssimas condições de vida e do acesso a políticas públicas, a carência de infraestrutura (água, energia elétrica, coleta de lixo e telefone) e o acesso à educação (HEREDA; CINTRÃO, 2006).

Assim, pensar em políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar e consequentemente o desenvolvimento rural, é pensar também em políticas e medidas que diminua a desigualdade de gênero no campo, levando em consideração as necessidades e anseios das mulheres agricultoras, fomentando seu trabalho, dando-lhe total condições para tal.

De acordo com Sales (2007), é fato, cada vez mais, a presença da mulher na produção agrícola, plantando, cultivando e colhendo. Porém, devido a sua invisibilidade, as mulheres tiveram de ir à luta, buscar o reconhecimento como trabalhadoras.

No Brasil, para tal reconhecimento, ou seja, para a conquista da cidadania feminina no campo, como agricultora, foi preciso muita luta de movimentos sociais de mulheres, que tiveram início na década de 80 e foram ganhando força ao longo dos anos, reivindicando o acesso igualitário à terra na reforma agrária, bem como o direito a previdência social e o seu reconhecimento como agricultoras, lutando pelo direito de se sindicalizar e de ter acesso de forma igualitária às políticas públicas da agricultura familiar e da reforma agrária (BUTTO; DANTAS, 2011). Assim, resultante das lutas, foi reconhecido e estabelecido pela Constituição de 1988, no artigo 189, parágrafo único, a igualdade de direitos entre homens e mulheres na obtenção de título de domínio ou de concessão de uso de terras para fins de reforma agrária.

A exemplo das políticas públicas da agricultura familiar, tem-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), criado em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso. Segundo Aquino e Schneider (2010), foi a partir da criação do Pronaf que a agricultura brasileira passou a ganhar relevo e destaque, tornando-se referência para um conjunto mais amplo de questões sobre o desenvolvimento rural. Porém, no que diz respeito ao acesso igualitário às políticas públicas da agricultura familiar, percebeu-se a necessidade da criação da linha de crédito voltada para a mulher, como o Pronaf Mulher, em 2003, no mandato do governo de Lula, com o objetivo de facilitar a obtenção e a forma de pagamento do financiamento, tendo em vista a escassez do acesso ao crédito pelas mulheres (BUTTO; DANTAS, 2011).

Nesse contexto, podemos perceber o PRONAF-Mulher como um instrumento que pode gerar o fortalecimento da cidadania e a redução das desigualdades sociais, com o intuito de fortalecer e aumentar os ganhos financeiros da mulher do campo, como também possibilitar oportunidades de ocupação produtiva e melhorar a qualidade de vida de seus familiares,

podendo contribuir para o empoderamento econômico-social das mulheres rurais (ARAÚJO; THÉ; THEÓFILO; SANTOS, 2016).

Entretanto, embora tenha tido um certo avanço nesse contexto, da criação de políticas públicas e/ou programas que facilitasse o acesso das mulheres agricultoras aos créditos rurais, afim de manter o agricultor no campo, possibilitando o aumento da renda familiar e da sua qualidade de vida, estas desconhecem como um programa de fomento do desenvolvimento rural.

Percebeu-se ainda, que embora algumas tenham acesso a linhas de crédito, vendam o excedente dos seus produtos, seja na feira, seja a atravessadores e/ou direto ao consumidor em sua propriedade, fica nítido o quanto políticas sociais de transferência de renda, como o Bolsa Família – todas afirmaram precisar - é necessário para que essas mulheres possam ter condições adequadas de vida, sendo muitas vezes, necessário como condição de sobrevivência. O que se torna contraditório, pois, são agricultoras, tem autonomia para produzir seus próprios alimentos, comercializam, mas dependem do Bolsa Família para melhorar a qualidade de vida.

Este programa, criado no mandato do ex Presidente Luís Inácio Lula da Silva, instituído pela Lei Federal nº 10.836/2004 e, regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, tem por objetivo combater a desigualdade no Brasil, auxiliando famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, no qual já beneficia mais de 13 milhões de famílias no país (BRASIL, 2015; BRASIL, 2017).

“A gente faz a feira. A gente sobrevive também com ele também, que é uma ajuda boa. Se não fosse né, a gente passava apertado né, que a agricultura você sabe né, tem ano que a gente faz as coisa, tem ano que mode o período de inverno também é pouco, a gente não faz. Que a gente que “veve” de agricultura não “veve” bem” (MARIE CURIE).

“O dinheiro que entrava não dava, então quando um precisava de uma sandália, uma chinela, por exemplo, torou, vai lá comprar. [...] esse dinheiro me servia pra complementar alguma coisa de casa, pra essas coisas. Nunca comprei nada de luxo pra mim, nunca comprei nada pra mim. Era só pra essas coisas, e também faltava alguma mistura, vai ali comprar. Não era toda vida que tinha, mas aí sempre eu guardava pra quando não ter outro, tinha esse. Então me faz falta” (NÍSIA FLORESTA).

“Ave maria, aí era mais difícil. Porque esse Bolsa Família ele ajuda bastante, bastante mermo. Tanto como em questão de alimentação, de ajudar na comida, como na escola dos menino, alguma coisa que eles precisa. Tudo isso a gente já tem aquele dinheiro ali, fora o que a gente consome, pra comprar alguma coisa pra eles” (CARLOTA PEREIRA).

De acordo com Kerstenetzky (2009) através das políticas sociais, os países denominados em desenvolvimento têm buscado ao mesmo tempo, a redução das desigualdades e da pobreza e assim, o seu desenvolvimento, no qual, a exemplo do Brasil, para esta possibilidade tem-se o Programa Bolsa Família (PBF), que é o principal programa de transferência de renda (ARRUDA; FONSECA; MATTOS et al, 2016).

No contexto do meio rural, o PBF tem contribuído de maneira positiva na vida dos agricultores, onde além de complementar, assegura a renda familiar diante da seca e da sazonalidade da atividade agrícola, cuja tal situação resulta na redução do rendimento da produção (BUAINAIN; ALVES; SILVEIRA e NAVARRO, 2014). Garcia et al (2013) apontam que a pobreza brasileira no mundo rural reduziu nas últimas décadas em decorrência do aumento da renda, transferências de renda e a aposentadora rural. Segundo o relatório divulgado em 2014, revelam que nas duas últimas décadas os índices de pobreza e pobreza extrema no Brasil reduziram (CÂMERA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 2014).

Portanto, o Bolsa Família seria então um programa desnecessário, criado para desperdiçar dinheiro público, para manter pessoas que não querem trabalhar, que realmente não precisam?

O PBF ainda contribui na cidadania das mulheres titulares e na maior sociabilidade destas, dando-lhes maior autonomia para gerenciar a renda familiar. Entretanto, embora o programa busque a emancipação e empoderamento da mulher, uma vez que ela é preferencialmente a titular, tendo em vista as condicionalidades – saúde e educação das crianças, pode-se refletir - mais uma vez - que reforça a ideia cultural de que a mulher é a única responsável pelo cuidado das crianças (ARRUDA; FONSECA; MATTOS et al, 2016).

5.4 A MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR

No que concerne a relação com a agricultura, quando questionadas sobre como se deu essa relação, onze mulheres afirmaram ter iniciado desde a infância, ajudando os pais, ou em alguns casos, ao pai, que saía para trabalhar no roçado, enquanto a mãe se limitava ao espaço doméstico, o que mostra como o trabalho da mulher no campo estava ligado a figura masculina, sendo considerado como ajuda ao marido.

“Desde pequena. Minha mãe teve doze filho, aí só o meu pai pra trabalhar. Então a mais velha era eu, e eu tinha que trabalhar com ele na agricultura. Aí comecei assim. Aí casei e continuei” (FRIDA KAHLO).

“Era, homem e mulher. Tudinho trabalhava lá em casa, tudinho. Quando pai saía, era um rebanho de menino atrás, com as “enxadinha” nas “costa” (NISE DA SILVEIRA).

Na fala de Nise, pode-se refletir ainda que independente do gênero, todos saíam para trabalhar no campo, passando uma ideia de que existe a igualdade de gênero enquanto criança, embora para Woortmann e Woortmann (1997), a partir dos dez anos de idade, já exista essa diferença de gênero em relação ao trabalho, em que o menino começa a ajudar o pai no processo produtivo, no qual “o ciclo de vida menino-rapaz-homem é a transição da ajuda para o trabalho e eventual governo [...]” (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997, p.46).

Quando questionadas como seria a vida delas se não fosse a agricultura, as mesmas relataram que a vida seria mais difícil, pois, para conseguir outro tipo de emprego tem que ter um certo nível de alfabetização, sendo que a maioria delas afirmaram que o fato de ter iniciado na agricultura desde criança, atrapalhou os seus estudos e, conseqüentemente, para muitas a agricultura foi a única opção de obter renda. Schwartzman e Cossio (2015) observaram que jovens que não possuem o ensino médio completo, apresentam rendimentos muito baixos e maior nível de desemprego, quando comparados com jovens que têm o ensino médio concluído.

“Mulher, estudar é coisa boa né. Só que eu tive pouco estudo porque naquela época não é como hoje, as coisas eram muito difícil né. Eu “mermo” era doida pra estudar, só que meus pais trabalhava, eu era sozinha e eles não deixava eu sozinha em casa, tinha que levar. Pra onde fosse, levava. Aí eles iam trabalhar fora e eu tinha que ir com eles. Eles tinha outro sítio e eu tinha que acompanhar. Aí pronto, pra estudar foi zero pra mim” (MARGARIDA ALVES).

“A gente foi criado na agricultura, aí “num” tinha estudo pra arrumar outro emprego, tinha que ser a agricultura” (ALZIRA SORIANO).

Nesse contexto, sabe-se que na Constituição Federal de 1988, em seu art. 208 o acesso à educação básica, gratuita, é um direito de todos os cidadãos dos 04 aos 17 anos de idade. É por meio da educação que se consegue o desenvolvimento de uma nação, que segundo Saviani (2008), a partir da análise do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, é onde o Estado deve dar a maior atenção para o repasse de verbas e maior intensidade de Políticas Públicas.

Contudo, embora seja um direito, o acesso à educação pela população da zona rural, por exemplo, muitas vezes é dificultado em decorrência do deslocamento para a zona urbana e, para além disso, a realidade do cotidiano do meio rural é um dos principais motivos para essa dificuldade no acesso, que no caso das mulheres além do trabalho doméstico, ainda tem o trabalho no campo.

O trabalho infantil é um dos desafios para evasão escolar, principalmente na área rural, pois, de acordo com a professora Eliene Novais Rocha, da UnB, no campo, diferentemente da cidade, tem-se a ideia de que o trabalho é importante para a formação da criança, e não o estudo, uma vez que, faz parte da realidade desse meio, as famílias produzem seu sustento, ou seja, a agricultura familiar (BRASIL, 2016), o que muitas vezes levam os pais a não valorizarem os estudos, como retratou Nise.

“Escola eu nunca estudei, eu fui fazer a primeira série eu tinha quinze “ano”, que meus pais não “dava” valor” (NISE DA SILVEIRA).

O acesso à educação pela mulher, da cidade e, principalmente, do campo, sempre foi dificultado em virtude do patriarcado. Em alguns países da África, Ásia e América Latina, o tratamento de alfabetização entre homem e mulher é diferenciado em decorrência da priorização de investimento educacional para filhos homens e, também, devido ao trabalho doméstico (ROSEMBERG, 1994), o que proporciona maior possibilidade de ascensão pessoal e profissional do homem em relação a mulher, tendo esta, o seu papel determinado na sociedade, apenas como dona de casa.

Porém, no Brasil, vem mostrando outra realidade nas últimas décadas. Em seu livro, Fontgalland (2016), afirma que a participação feminina no mercado de trabalho vem crescendo significativamente desde a década de 70 e, conseqüentemente, tem aumento da cooperação na População Economicamente Ativa – PEA. Para a isso, alguns fatores socioculturais e níveis de

desenvolvimento econômico contribuíram para essa evolução, em que vale destacar primeiro a necessidade econômica que obrigou as mulheres a trabalharem, objetivando complementar a renda familiar e, segundo, a expansão da escolaridade, da busca e acesso das mulheres à universidade.

Durante a maior parte do século XX o hiato de gênero na educação se dava pelas taxas de analfabetismo e, demais níveis educacionais do homem que se mostravam maiores que os das mulheres. Porém, ainda nesse século, começou a ser revertido, depois de muita luta feminina, a partir da IV Conferência da Mulher (1995), do Fórum Mundial de Educação (2000) e das Metas do Milênio (2000), bem como das conferências internacionais viabilizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), que nos últimos dez anos tinha-se como objetivo a eliminação das discriminações para com o sexo feminino em todos os campos de atividades e, assim, alcançar um mundo mais igualitário, mais justo. Tendo então alcançado no âmbito da educação, maior acesso ao ensino superior, que antes era quase que restrito ao homem (BELTRÃO e ALVES, 2009), corroborando com os dados apresentados por Fontgalland (2016), em que a escolaridade no Brasil vem aumentando e, o nível de alfabetização feminino é maior do que o masculino, chamando atenção para a escolarização de nível superior, na qual, em 1999 a mulher sai dos 30,48% para 46,08% no ano de 2007, o que já é uma grande evolução, ainda que não se tenha alcançado a igualdade de gênero no mercado de trabalho, em todos os setores.

Portanto, desde essa década de 70, que a mulher vem conquistando espaço na sociedade, em diversas atividades antes restritas ao homem, como por exemplo, o campo, participando “[...] ativamente da construção de associações de produtores, cooperativas e experiências de produção e comercialização de produtos agrícolas, extrativistas, da pesca e artesanais, ajudando a construir as redes de economia solidária e de produção agroecológica hoje existentes no país” (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015, p. 578). Segundo os dados da FAO, as mulheres rurais representam cerca de 43% do trabalho agrícola (FAO, 2011), sendo elas responsáveis por boa parte dos alimentos consumidos pela população brasileira, como 87% da mandioca e 70% do feijão (SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, 2016).

Quando questionadas sobre a importância das suas propriedades, apesar de permanecerem na agricultura em decorrência da baixa escolaridade, observa-se uma profunda ligação com a terra, em que a maioria das entrevistadas relataram que a propriedade significava tudo para elas, pois sentiam orgulho de trabalhar no campo, no que é delas - embora enfrente muitas dificuldades - considerando seu trabalho importante, pois além de gerar renda - o que contribui para a sua independência financeira - é de lá que vem o alimento da família e, contribui

para a alimentação saudável das pessoas da cidade, sendo o agricultor fundamental para este fim.

“Eu “mermo” tenho orgulho de trabalhar na agricultura. Porque tudo que eu produzo eu vejo renda pra mim, graças a “deuso”. Vejo comida pra meus filho, pra quem chega, e né, não falta o pão de cada dia pra meus filho, nem pra quem chega na minha casa” (MARGARIDA ALVES).

“Porque é com ele que eu boto comida na mesa, boto feijão, boto milho, boto a fava, entendeu? Boto a alimentação na mesa com meu trabalho. Maracujá, eu planto também. Então eu acho importante” (ENEDINA ALVES MARQUES).

O mesmo pode ser observado por outras mulheres que encontram-se a frente de algumas associações de famílias beneficiárias do crédito fundiário em Roraima, fornecido pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), as quais sentem orgulho do seu trabalho, uma vez que, por meio dele viram suas vidas mudarem positivamente, gerando renda para as mesmas e, reconhecem a importância das suas produções para a sociedade, que por exemplo, a produção de maracujá e café, são fornecidas para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (BRASIL, 2017).

Sendo assim, percebe-se, por sua vez, como a mulher é importante ao longo das cadeias de valor agroalimentar, e o quanto ela contribui para garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) tanto familiar, como da comunidade, bem como gerindo os recursos naturais, tais como terra e água (FAO, 2016). Elas são agentes na transmissão dos hábitos alimentares e preparação dos alimentos, em que no meio rural, ainda são responsáveis pela produção dos mesmos, através das hortas, da criação dos pequenos animais e também da transformação desses produtos (SILIPRANDI, 2013), o que contribui para a melhoria da qualidade da alimentação diante da diversidade. A produção contribui também para a melhoria da renda familiar, pela economia feita ao deixar de compra-los, bem como pela comercialização (BRASIL, 2017), que por sua vez, para além do financeiro, proporciona à população o acesso ao alimento de melhor qualidade, livre de agrotóxicos.

Ter uma alimentação adequada e saudável é um direito humano reconhecido no artigo 6º da Constituição Federal brasileira a partir de 2010, na qual diz que:

Deve ser garantido a todas as pessoas por meio do acesso regular, permanente e irrestrito a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que assegure uma vida livre da fome, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (CONSEA, 2010).

Para tanto, Olivier de Schutter, o relator especial das Nações Unidas para o Direito Humano à Alimentação, afirmou no relatório *O potencial transformador do direito à alimentação*, apresentado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2014, que sem dúvidas a Agroecologia é o caminho para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no mundo. Ele faz destaque para os benefícios que o sistema de produção de alimentos de base agroecológica viabiliza quanto ao ambiente, o social, à saúde e a nutrição, apontando a capacidade de mudança na melhoria das condições de vida e de SAN que assegura às famílias agricultoras (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2014).

Assim, pensar no meio ambiente, na saúde e no alimento de qualidade, requer atenção para o sistema de produção alimentar, que vai desde o seu modo de produção, até chegar ao consumidor, necessitando de um processo de produção e desenvolvimento mais sustentável. No que se refere aos modelos agrícolas, a agricultura familiar de base agroecológica, de acordo com Maluf et al. (2015) tem forte potencial para contribuir para o que denominam “Agricultura Sensível à Nutrição”, possibilitando ao agricultor maior autonomia na produção de alimentos, bem como a garantia de sistemas de produção baseados em circuitos que aproximam quem produz e quem consome o alimento.

Segundo Canavesi, Moura e Souza (2016) a agroecologia pode contribuir para garantia da segurança alimentar e nutricional quanto à disponibilidade dos alimentos, pois aumenta a produtividade; à acessibilidade, pois pode reduzir a pobreza rural; à adequação, pois contribui para melhorar a oferta de nutrientes e à sustentabilidade, pois colabora para a adaptação às mudanças climáticas e ainda, de acordo com Bezerra e Schneider (2012) ela serve de instrumento de fomento para o mercado local, com produtos de qualidade garantida, sem prejudicar o meio ambiente e a saúde do ser humano.

A experiência das mulheres da Associação Regional das Produtoras Extrativistas do Pantanal (Arpep) no Mato Grosso, mostra como os princípios da agroecologia e o trabalho delas têm contribuído para uma alimentação adequada e saudável, uma vez que, seu produtos como: pães, farinhas, biscoitos, castanhas, rapaduras, doces e licores, feitos a partir do beneficiamento dos frutos de alto valor biológico, tais como o pequi, o babaçu e o cumbaru, são destinados tanto ao autoconsumo, como para comercialização nas feiras e no mercado institucional por

meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa de Alimentação Escolar (PNAE). Em 2014, lançaram sua marca comercial *Do Cerrado*, no intuito de aumentar a comercialização, bem como dar visibilidade e valorizar o trabalho desenvolvido por elas (PAULA, 2014), tendo em vista que, que o trabalho de muitas mulheres agricultoras ainda tem sua invisibilidade.

Portanto, percebe-se uma forte relação das mulheres entrevistadas com a agricultura, perpassando o espaço doméstico com o seu trabalho no campo e, como contribuem para uma alimentação saudável tanto a nível familiar, como da comunidade, garantindo a segurança alimentar e nutricional dessa população, uma vez que, além de plantar de forma sustentável, comercializa produtos de qualidade, seguros, lhes gerando autonomia financeira, embora seu trabalho não seja ainda tão valorizado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida no campo muitas vezes é caracterizada pela presença do sofrimento em detrimento das péssimas condições de trabalho, resultado do clima desfavorável do semiárido, neste caso e, a falta de acesso a infraestrutura, bem como a falta de acesso a programas de financiamento, tornando mais difícil a permanência do agricultor no meio rural. Apesar disso, de toda dificuldade que enfrentam diariamente, foi notório o quanto essas mulheres têm o prazer e se orgulham de serem agricultoras, reconhecendo a importância do seu trabalho no campo.

Infelizmente, no Brasil, com relação ao cumprimento das leis, ainda não se tem a garantia de todos os direitos básicos, humanos da população camponesa, principalmente das mulheres agricultoras diante de toda injustiça que sofrem em decorrência de uma cultura, de um sistema seletivo, opressor.

Nota-se que ainda que sejam imprescindíveis para a garantia da segurança alimentar e nutricional, tanto a nível familiar, como da comunidade, para a geração de renda da família e para o desenvolvimento rural sustentável, há ainda invisibilidade perante a esfera pública, decorrentes do processo histórico cultural, no qual são rotuladas como inferiores e incapazes biológica e socialmente.

Logo, buscou-se com esse estudo, por meio dos relatos de mulheres agricultoras, elucidar as condições, os desafios e, as necessidades dessas mulheres das devidas comunidades rurais de Jaçanã-RN, entendendo sua realidade, dando visibilidade ao seu trabalho e mostrando a importância da sua presença nesse meio.

Porém, ainda se faz necessário mais estudos que mostrem a realidade, a situação da mulher no campo, servindo de subsídio para reformulação das políticas públicas voltadas para essa população, com novas estratégias que possam fortalecer a agricultura familiar e o desenvolvimento rural, diminuindo as desigualdades de gênero no meio rural, garantindo - não só no papel – seus direitos e suprindo as suas necessidades para um trabalho mais digno, a fim de alcançar uma melhor qualidade de vida.

Diante do exposto, é necessário reconhecimento, bem como ter conhecimento por parte das agricultoras, aproveitando o espaço de grupo de mulheres agricultoras para também propiciar e aprofundar o conhecimento, tanto em questões voltadas para economia solidária, como também nas questões sociais, seus direitos, para construção de um olhar crítico, a fim de melhorar o engajamento e ação política das mulheres rurais, para que rompa as barreiras da sua invisibilidade no espaço público. Assim, precisa-se de estratégias que fomentem não apenas a igualdade, mas também a equidade social.

REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Z. **A mulher na história. A história da mulher.** Fundação Astrogildo Pereira/FAP; Abaré. 2004. 200 p.

ALMEIDA, J. A. T.; NORONHA, C. R. B.; BRITO, E. R. P.; FARIAS, A. R. B.; ANDRADE, H. M. L. S. **A invisibilidade parcial do trabalho feminino no campo das atividades produtivas.** Recife/PE, p. 1-11, 2014.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. (DES)Caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. In: **Conferência nacional de políticas públicas contra a pobreza e a desigualdade.** Natal/RN, v. 1, 2010.

ARAUJO, M. P. S. N.; THÉ, A. P. G.; THEÓPHILO, C. R.; SANTOS, E. S. B. **Pronaf Mulher e o empoderamento de trabalhadoras rurais.** p. 5-16. 2016.

ARRUDA, S.; FONSECA, V.; MATTOS, A.; ARAÚJO, D. et al. Promoção da equidade de gênero em programas de transferência de renda. **Caderno de ferramentas**, 2016. 213 p.

ASSIS, M. M. A.; JESUS, W. L. A. Acesso aos serviços de saúde: abordagens, conceitos, políticas e modelo de análise. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 11, p. 2865-2875, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO (ABAG). **Agronegócio contribui com 23,5% do PIB em 2017, estima CNA.** Disponível em:<
http://www.abag.com.br/sala_imprensa/interna/abag-agronegocio-contribui-com-23-do-pib-1>. Acesso em: 01 de jan. 2018.

AZEVEDO, A. A.; MONTEIRO, J. L. G. **Análise dos impactos ambientais da atividade agropecuária no cerrado e suas inter-relações com os recursos hídricos na região do pantanal** - World Wildlife Fund. Disponível em:
 <http://assets.wwfbr.panda.org/downloads/wwf_brasil_impactos_atividade_agropecuaria_cerrado_pantanal.pdf>. Acesso em: 27 de dez 2017.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BELTRÃO, K. I; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009.

BEZERRA, I.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: o papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. **Revista Faz Ciência**, v. 14, n. 19, 2012.

BICKEL, G.; NORD, M.; PRICE, C.; HAMILTON, W.; COOK, J. Guide to Measuring Household Food Security in the United States. **Food and Nutrition Service**, 2000. 82 p.

BITTENCOURT, G. A.; SABBATO, A. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília: INCRA/FAO, 2000. 76 p.

BOURDIEU, P. **A dominação Masculina**. 2 ed. Tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 73 p.

BRABYN, L.; BARNETT, R. Population need and geographical access to general practitioners in rural New Zealand. **The New Zealand Medical Journal**, p. 117:1199, August, 2004.

BRASIL. Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **O que é a agricultura familiar**. 2016. Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>>. Acesso em: 20 maio 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **A contribuição das mulheres para a segurança alimentar e nutricional**. 2017. Disponível em:< <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2012/a-contribuicao-das-mulheres-para-a-seguranca-alimentar-e-nutricional>>. Acesso em: 07 de jan. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Fundação Telefônica. Quais os desafios da educação do campo? **A professora Eliene Novaes Rocha, da UnB, detalha as dificuldades e perspectivas da área rural.**

2016. Disponível em:<

<http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/noticia/quais-os-desafios-da-educacao-do-campo-a-professora-elie-ne-novaes-rocha-da-unb-detalha-as-dificuldades-e-perspectivas-da-area-rural/>>. Acesso em: 03 de jan. 2018.

BRASIL. Governo do Brasil. **Beneficiários recebem R\$ 2,4 bilhões do Bolsa Família.** 2017.

Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/beneficiarios-recebem-r-2-4-bilhoes-do-bolsa-familia>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

BRASIL. Governo do Brasil. **Combate à violência contra a mulher ganha reforço com Lei do Femicídio.** 2015. Disponível em:< <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/12/combate-a-violencia-contra-a-mulher-ganha-reforco-com-lei-do-femincidio>>.

Acesso em: 14 de fev. 2018.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.

Novíssimo retrato da agricultura familiar. 2009. Disponível em:<

<http://www.incra.gov.br/novissimo-retrato-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 25 fev. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Guerreiras do Campo.** 2017. Disponível

em:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/guerreiras-do-campo>>. Acesso em: 06 de jan. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas Públicas para Agricultura Familiar.** 2013. 104 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **O que é.** 2015. Disponível em: <

<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF. Disponível em:<

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 14 de fev. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Números comprovam a importância do Nordeste para a agricultura familiar brasileira**. 2017. Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/n%C3%BAmeros-comprovam-import%C3%A2ncia-do-nordeste-para-agricultura-familiar-brasileira>>. Acesso em: 10 de fev. 2018.

FRIGO, D.; SANTOS, D.; GUTERREZ, G. B. F. J. A; MARAN, M. et al. **Sementes transgênicas, contaminação, royalties e patentes. O que isso tem a ver com você?** Disponível em:< https://br.boell.org/sites/default/files/cartilha_transgenicos_terradireitos_bollbrasil.pdf>. Acesso em: 15 de março 2018.

BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182 p.

BUTTO, A.; DANTAS, I. (Org.) **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p.

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN). **Balço das Ações do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Plansan 2012/2015**. MDS, Secretaria Executiva da Caisan, Brasília, 2014.

CANAVESI, F.; MOURA, I. F.; SOUZA, C. Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 23, 2016.

CARNEIRO, F. F.; AUGUSTO, L. G. S.; RIGOTTO, R. M.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. C. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** ABRASCO, Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. 624 p.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 174-204, jan-abril 2004. Disponível em: <<https://fns-prod.azureedge.net/sites/default/files/FSGuide.pdf>>. Acesso em: 01 de jan. 2018.

FAO. Food and Agriculture Organization. Aumenta el porcentaje de mujeres a cargo de explotaciones agropecuarias en América Latina y el Caribe. **Nota de políticas sobre las mujeres rurales**, n. 1, 2013. 4 p.

FAO. Food and Agriculture Organization. **Alcanzar nuestras metas.** El programa de la FAO para igualdad de género em el desarrollo agrícola y rural. [S.I.], 2016. 77 p.

FAO. Food and Agriculture Organization. **El estado mundial de la agricultura y la alimentación: las mujeres en la agricultura - cerrar la brecha de género en aras del desarrollo.** Roma. 2011. 171 p.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONTGALLAND, I. L. **Mulheres como chefes de família: retalhos da Paraíba, do Nordeste e do Brasil.** João Pessoa: Ideia, 2016. 126 p.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil.** 2017. 43 p. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

FREIRE, N. Ações governamentais para os direitos das mulheres. In: **Direitos humanos como direitos de todos, sem exceção**. Matilde Ribeiro (org.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010. 143 p.

GARCIA, F.; HELFAND, S.; SOUZA, A. P. **Conditional Cash Transfers and Rural Development Policies in Brazil**: Exploring potencial synergies between Bolsa Família nd Pronaf. [S.I.]: IFAD REPORT, 2013.

GREENPEACE. **Transgênicos**. Disponível em: < <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/O-que-fazemos/Transgenicos/>>. Acesso em: 15 de março 2018.

GROSSI, M. E. D.; SILVA, J. G. **Novo rural**: uma abordagem ilustrada. Londrina: Instituto Agrônômico do Paraná, v. 1, 2002. 53 p.

HEREDA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**. Presidente Prudente. n. 9, p. 1-28, jan/jun 2006.

INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília: INCRA/FAO, 2000. 76 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Infográficos**: dados gerais do município. 2016. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=_ES&codmun=240500&search=rio-grande-do-norte|jacana|infogr%E1ficos:-dados-gerais-do-munic%EDpio>. Acesso em: 09 de fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Jaçaná**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/jacana/panorama>>. Acesso em: 09 de fev. 2018.

KERSTENETZKY, C. L. Welfare State e Desenvolvimento. **Dados, Revista e Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 53-83, 2009.

KWITKO, E. E. B.; DIAZ, W. **Manual do Assessor de microcrédito rural**. Recife: Sociedade Alemã de Cooperação Técnica – GTZ, 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Unicamp, 2 ed. 1997. 336 p.

LANDIM, F. L. P.; LOURINHO, L. A., LIRA, R. C. M.; SANTOS, Z. M. S. A. Uma reflexão sobre as abordagens em pesquisa com ênfase na integração qualitativo-quantitativa. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 19, n. 1, p. 53-58, 2006.

LIMA, J. R. T.; FIGUEIREDO, M. A. B. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. In: _____. **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e Sustentabilidade**. Recife: Bagaço. p. 57-81. 2006.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para a ação e defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA. Assessoria e serviços a projetos em agricultura alternativa, 2010. 191 p.

MALUF, R. S.; BURLANDY, L.; SANTARELLI, M.; SCHOTTZ, V.; SPERANZA, J. S. Nutrition-sensitive agriculture and the promotion of food and nutrition sovereignty and security in Brazil. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 20, n. 8, p. 2303-12, 2015.

MARCONE, S. Portal do ministério do desenvolvimento agrário - MDA. Relatório final. I fórum nacional de gênero, cooperativismo e associativismo. **Igualdade de gênero: estratégia e desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo**. 1 ed. Brasília: MAPA/ACS, 2009.

MATOS, A. K. V. Revolução verde, biotecnologia e tecnologias alternativas. **Cadernos da FUCAMP**, 2010. 10 v. n. 12. p. 1-17.

McGRAIL, M. R.; HUMPHREYS, J. S. The index of rural access: an innovative integrated approach for measuring primary care access. **BMC Health Services Research**, v. 9, n. 124, July 2009.

MELO, L. A. **Relações de gênero na agricultura familiar: o caso do Pronaf em Afogados da Ingazeira-PE**. 2003. 215 f. Tese (Doutorado em sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DO BRASIL (MMC). **A afirmação de muitas histórias**. Disponível em: < <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

MUSSOI, E. M. Agricultura familiar, extensão rural e a nova política nacional de assistência técnica e extensão rural. In: LIMA, J. R. T.; FIGUEIREDO, M. A. B. (org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, p. 99-106, 2006.

NORD, M.; ANDREWS, M.; WINICKI, J. Frequency and duration of food insecurity and hunger in US households. **J Nutr Educ Behav**, v, 34, n. 4, p. 194-200, 2002.

ONU. Organização das Nações Unidas no Brasil. **Seca afeta agropecuária de diferentes maneiras**. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/mudancas-climaticas-vao-agravar-secas-e-prejudicar-producao-de-alimentos-no-caribe-alerta-fao/>>. Acesso em: 30 de dez. 2017.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. 24 p.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). The transformative potential of the right to food. **Relatório Final**. Genebra: ONU, 2014.

PALMA, D. C. A. **Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Saúde Coletiva, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Cuiabá, 2011. 103 p.

PAULA, F. Cultura alimentar e agroextrativismo: saúde na mesa e renda no campo. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v. 11, n. 4, p. 9-13, dez. 2014.

PEIXOTO, S. E. Histórico da agricultura familiar no Brasil. **Revista Bahia Agrícola**, v. 2, 1998.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 52, supl. 1, 2014.

PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo do Brasil**. 1 ed, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RADIMER, K. L.; OLSON, C. M.; GREENE, J. C.; CAMPBELL, C. C.; HABICHT, J. P. Understanding hunger and developing indicators to assess it in women and children. **J Nutr Educ**, v. 24, supl. 1, p. 36-45, 1992.

RANA, R. B.; GARFORTH, C.; STHAPIT, B.; JARVIS, D. Influence of socioeconomic and cultural factors in rice varietal diversity management on-farm in Nepal. **Agriculture and Human Values**, v. 24, p. 461-472, 2007.

REZENDE, G. C. V. Fatores que influenciam as mulheres à maternidade: construto biopsicossocial ou escolha ética? In: IV SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2016, Belo Horizonte. **Anais do IV SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**. Belo Horizonte, p. 1-14, 2016. Disponível em:< <http://www.cress-mg.org.br/hotsites/4-simposio-mineiro-de-assistentes-sociais?mn=83>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

RODRIGUES, A. C.; SCOTT, P.; SARAIVA, J. C. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: CORDEIRO, R.; MENEZES, M.; SCOTT, P. **Gênero e Geração em Contextos Rurais** – Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. 474 p.

ROSEMBERG, F. Educação e gênero no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, n. 11, nov. 1994.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (orgs.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 183-215, 1992.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1 ed., 2004. 152 p.

SALES, C. M. V. Mulheres Rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, maio-agosto/2007.

SANTOS, C. A. C.; BRITO, J. I. B.; RAO, T. V. R.; MENEZES, H. E. A. Tendência dos Índices de Precipitação no Estado do Ceará. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 24, p. 39-47, 2009.

SANTOS, T. S.; MAIA, S. A condição feminina: dupla jornada de trabalho. In: III SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 2012, Belo Horizonte. **Anais do III SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**. Belo Horizonte, p. 1-9, 2012.
Disponível em: < <http://www.cress-mg.org.br/hotsite/1/paginas/home.php?pg=5>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2 ed. **Revista e Ampliada**, Campinas/SP: Autores Associados, 2008.

SCHWARTZMAN, S.; COSSIO, M.B. Juventude, educação e emprego no Brasil. **Cadernos Adenauer VII**. Jun. 2015, 14 p. Disponível em: < http://www.researchgate.net/publication/224771453_Juventude_educacao_e_emprego_no_Brasil>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SCORZA JUNIOR, R. P.; NÉVOLA, F. A.; AYELO, V. S.; Avaliação da contaminação hídrica por agrotóxico. **Boletim de pesquisa e desenvolvimento**. Dourados: EMBRAPA Agropecuária Oeste, 2010.

SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). **Mulheres do campo construindo autonomia**. Experiências da comercialização. São Paulo, 2006. 36 p.

SILIPRANDI, E. C. A alimentação como um tema político das mulheres. In: ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2013. 225 p.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. (Série Estudos Rurais).

SOLH, M.; GINKEL, M. Drought preparedness and drought mitigation in the developing world's drylands. **Weather and Climate Extremes**, v. 3, n. 1, p. 62-66, 2014.

SOUZA, E. C. F. et al. Acesso e acolhimento na atenção básica: uma análise da percepção dos usuários e profissionais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 1, p. 100-110, 2008.

TRAPÉ, A. Z. Agrotóxicos e saúde pública. **Visão agrícola**, Piracicaba, v. 4, n. 7. p. 61-63, 2007.

VICENTE, N. R.; FANTINI, A. C.; ALVEZ, A. C.; CANCI, A. Produção própria de alimentos e sementes por agricultores familiares através do kit agrodiversidade: uma estratégia de promoção da soberania alimentar. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre: EMATER/RS – ASCAR, v. 4, n. 1, p. 34-43, 2011.

WEHLER, C. A.; SCOTT, R. I.; ANDERSON, J. J. The Community Childhood Hunger Identification Project: a model of domestic hunger – demonstration project in Seattle, Washington. **J Nutr Educ**, v. 24, p. 29-35, 1992.

WOOLF, V. **Um teto todo seu**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192 p.

APÊNDICE

Apêndice A – Roteiro da Entrevista Semiestruturada

Pesquisa:

Relação de gênero na agricultura familiar: a situação da mulher no campo

Nº de questionário: _____

Entrevistador: _____ Data da entrevista: ___/___/_____

MÓDULO 1 - IDENTIFICAÇÃO

1.1- Qual o seu nome? _____

1.2- Qual sua idade? _____

1.3- Endereço _____

1.4- Sexo: 1.() Masculino 2.() Feminino

1.5- Raça: 1.() Branco 2.() Amarelo 3.() Negro 4.() Pardo 5.() Indígena

1.6- Estado Civil:

1.() Solteiro (a) 2.() Casado (a) 3.() Relação estável 4.() Viúvo (a) 5.() Separado (a) 6.() Outro (especifique) _____
99.() NR/NS

MÓDULO 2 -DADOS SOCIO-DEMOGRÁFICOS

2.1-Escolaridade

1.() Não sabe ler nem escrever

5.() Ensino Médio Incompleto

2.() Sabe ler e escrever

6.() Ensino Médio Completo

3.() Ensino Fundamental Incompleto

7.() Curso técnico ou profissionalizante

4.() Ensino Fundamental Completo

8.() Curso Superior

2.2-Tipo de moradia: 1.() Alvenaria acabada 2.() Madeira 3.() Alvenaria inacabada 4.() Taipa 5.() Outro (especifique) _____

2.3-Área de moradia: 1.() Urbana 2.() Rural

2.4- Propriedade da Residência: 1.() Própria 2.() Cedida 3.() Alugado 4.() Outro _____

2.5-Número de moradores da casa: () 1 () 2 () 3 () 4 () Mais de 4

2.6 – Quantos cômodos existem na casa? _____

2.7- Quantos cômodos são usados para dormir? _____

2.8 - Quem administra a renda em sua família?

1.() Mulher 2.() Marido 3.() Os dois 4.() Outro. Qual _____

2.9 – Existe sanitário utilizado pelo morador?

1.() Sim, dentro do domicílio 2.() Sim, fora do domicílio 3.() Não

2.10 – Qual tipo de esgotamento de sanitário da casa?

1.() Rede pública coletora de esgoto 2.() Fossa Negra ou rudimentar 3.() Fossa Séptica

4.() Esgoto a céu aberto 5.() Não tem 6.() Outro _____ 99.() NR/NS

2.11 – A água utilizada neste domicílio é proveniente de (pode marcar mais de uma alternativa):

1.() Rede Pública 2.() Poço artesiano na própria casa

3.() Busca água fora – Onde?: _____ Distância aproximada da casa: _____ metros

5.() Carro Pipa (COMPRADO) 6.() Carro PIPA (PREFEITURA) 7.() Carro PIPA (OPERAÇÃO)

99.() NR/NS

2.12 - A água utilizada neste domicílio está disponível diariamente?

1.() Sim 2.() Não – tempo que fica sem água _____ dias

2.13 - Qual o destino dado ao lixo na sua residência?

1.() Coletado pela prefeitura ou empresa

2.() Queimado ou enterrado na propriedade

3.() Jogado em terreno baldio ou outro local próximo a casa

4.() Outro – Qual? _____

99.() NR/NS

2.14- Tem deficiente na sua residência?

1.() Sim 2.() Não

2.15- Quando você ou alguém da sua família está doente, que espaço você procura para ser atendido?

1.() Unidade Básica de Saúde 2.() Rezadeira 3.() Outro. Qual _____

MÓDULO 3 – INFORMAÇÕES SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR

3.1- Nos últimos 3 meses o (a) Sr. (a) teve a preocupação de que a comida na sua casa acabasse antes que tivesse condição de comprar, receber ou produzir mais comida

1.() Sim 2.() Não 99.() NS/NR

3.2 - Nos últimos 3 meses a comida acabou antes que o(a) Sr(a) tivesse dinheiro para comprar mais?

1.() Sim 2.() Não 99.() NS/NR

3.3 - Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

1.() Sim 2.() Não 99.() NS/NR

3.4 - Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições, ou pulou refeições, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?

1.() Sim 2.() Não 99.() NS/NR

3.5 - Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) alguma vez comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida?

1.() Sim 2.() Não 99.() NS/NR

3.6 - Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não podia comprar comida suficiente?

1.() Sim 2.() Não 99.() NS/NR

3.7 - Nos últimos 3 meses, o(a) Sr(a) ou qualquer outro adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer ou teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar comida?

1.() Sim 2.() Não 99.() NS/NR

MÓDULO 4 -INFORMAÇÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

4.1- Quais os tipos de alimentos produzidos na sua propriedade?

Produção de alimentos	Periodicidade (1 = permanente; 2 = temporário)	Produção de alimentos	Periodicidade (1 = permanente; 2 = temporário)
Feijão /Fava		Graviola	
Milho		Cajá	
Mandioca		Jaca	
Cajú		Coco	
Batata Doce		Jerimum	
Maracujá		Alface	
Manga		Tomate	
Goiaba		Coentro	
Acerola		Cebola	
Bovino		2-	
Suíno		3-	
Caprino		4-	
Aves		5-	
Outros:		6-	
1-			

4.2 – Existe fonte de renda proveniente de produtos de origem animal?

1. () Sim. Qual (ais) produto (s) _____

2. () Não

4.3- Destes alimentos produzidos, há o consumo pela família?

1.()Sim 2.()Não Se **NÃO**, por qual motivo? _____

4.4 – Em caso de produção temporária, quais os motivos da NÃO produção?

1.() Falta de Adubo 2.() Falta de semente 3.() período de chuva/seca/entressafra 4.() Sazonalidade 5.()
Outro – especificar _____ 99.() NR/NS

4.5 - O que influenciou a escolha de produzir determinado (s) alimento(s)?

1.() Fácil Cultivo
2.() Custo/benefício
3.() Produção e colheita frequente
4.() Outro(s) motivo(s) _____
99.() NR/NS

4.6- O terreno utilizado para a produção de alimentos é de sua propriedade?

1.() Sim 2.() Não

Se NÃO, como é feito o pagamento pelo uso da terra? _____

4.7 – Como ocorre a posse das sementes utilizadas para a produção dos alimentos?

1.() Através de compra
2.() Dos próprios alimentos produzidos
3.() De órgãos públicos
4.() Doações
5.() Outras (especifique) _____
99.() NR/NS

4.8- Você sabe de onde vem as sementes que você usa?

1.() Sim; De onde? _____ 2.() Não

4.9- Você sabe dizer o que é uma semente transgênica?

1.() Sim 2.() Não

4.10– Existe a utilização de algum tipo de defensivo agrícola na produção dos alimentos?

1.() Sim – Qual (is)? _____ 2.() Não

4.11 – Para quem são vendidos seus produtos? (Pode marcar mais de um)

1.() Direto ao consumidor 2.() Cooperativas 3.() Mercados 4.() Atravessadores
5.() Governo municipal, estadual ou federal 6.() Feira da agricultura familiar 7.() PAA 8.() Outros
(especifique) _____ 99.() NR/NS

4.12 – Em que locais você costuma comercializar seus produtos? (Pode marcar mais de um)

1.() Feira Livre 2.() Na própria casa ou propriedade
3.() Outra forma de venda – especifique: _____

4.13 - A agricultura familiar é a única fonte de renda?

1.() Sim
2.() Não Se NÃO, Qual outra? _____

4.14 – Há participação de trabalhadores contratados na produção?

1.() Sim 2.() Não

4.15 – Há armazenamento de uma parte da produção

1.() Sim Onde? _____ 2.() Não

4.16 - Quem negocia a venda dos produtos?

1.() Mulher 2.() Marido 3.() Os dois 4.() Outros _____

1. Como iniciou a sua relação com a agricultura? Porque escolheu trabalhar na agricultura familiar? E se não fosse, como imagina que seria?
2. Para você o que é ser mulher?
3. O que sua propriedade significa para você?
4. Você acha que seu trabalho é importante? Como seu trabalho é visto por seu marido/filho, comunidade e poder público?
5. Você acha que o governo tem alguma política/programa que fortaleça a agricultura familiar?
6. O que você acha dessas políticas do Governo (PRONAF, PNAE, PAA, Bolsa Família, etc)? Qual desses você tem acesso? (Aprender a relação das políticas com o desenvolvimento rural e Segurança Alimentar e Nutricional).
7. Você costuma participar das reuniões da Associação de Produtores Rurais, Sindicato Rural, ou Cooperativa Agrícola? Por que?
8. Enfrenta dificuldades para participar das reuniões desses espaços? Quais?
9. Você participa de algum grupo de mulheres, realizando alguma outra atividade além da agricultura, seja ela fonte de renda ou não?
10. Como você vê a sua contribuição na sua família?
11. Qual a contribuição das mulheres para a melhoria da comunidade em que vivem?
12. Como vocês enquanto mulheres agricultoras se organizam na busca pelos direitos?

13. O que significa para você ser mulher do campo?

Apêndice B- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCLE – Entrevistas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –TCLE

Estamos solicitando a você uma autorização para que participe da pesquisa: ***Relação de gênero na agricultura familiar: a situação da mulher no campo*** que está sendo desenvolvida pela aluna: Daniely Cordeiro da Cruz, estudante do curso de Nutrição da Universidade Federal de Campina Grande, sob orientação da Prof. (a) Me. (a): Vanille Valério Barbosa Pessoa.

A pesquisa pretende analisar a inserção e participação feminina na agricultura familiar de uma comunidade da zona rural do município de Cuité, Paraíba. O motivo que nos leva a fazer este estudo é acreditar que a participação da mulher na agricultura familiar pode contribuir para Segurança Alimentar e Nutricional da comunidade, bem como para o desenvolvimento rural.

A participação na pesquisa é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Caso você decida participar você participará de entrevistas semi estruturadas, através de perguntas-guias, com a utilização de gravações de áudios necessários na realização da pesquisa. A previsão de riscos é mínima e está relacionada a algum constrangimento que venha a sentir ao responder as questões do entrevistador, que se relacionarão diretamente com a avaliação da cartilha a ser analisada.

Essa pesquisa cumpre as exigências contidas nos itens IV. 3 e IV. 4 da Resolução nº466/12 – CONEP. Todas as informações obtidas serão sigilosas e o seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados em eventos científicos não irá conter fotos do momento da entrevista realizada.

Você ficará com uma via deste Termo e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para Professora Coordenadora Vanille Valério Barbosa Pessoa. Endereço: Olho D'Água da Bica s/n - Cuité-PB, CEP: 58175-000, Telefones: (83) 3372-1900/1948 ou pelo email: vanillepessoa@gmail.com.

Dúvidas a respeito da ética dessa pesquisa poderão ser questionadas ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Hospital Universitário Alcides Carneiro - HUAC. Rua: Dr. Carlos Chagas, s/n, São José. Campina Grande-PB. CEP 58.107-670, Telefone: (83) 2101-5545.

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que compreendi os objetivos desta pesquisa, como ela será realizada, os riscos e benefícios envolvidos e concordo em participar voluntariamente da pesquisa: ***Relação de gênero na agricultura familiar: a situação da mulher no campo*** e, autorizo a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas.

Jaçanã (RN), ____/____/____

Participante da pesquisa

Nome:



Assinatura:

Impressão datiloscópica do participante

Pesquisador responsável

Nome: Vanille Valério Pessoa Barbosa

Assinatura:

Pesquisador participante

Nome: Daniely Cordeiro da Cruz

Assinatura:
